

Comunicado

Reuters>bcp.ls · Exchange>BCP · Bloomberg>bcp pl
ISIN · PTBCP0AM0015

Millennium
bcp

27 de julho de 2023

Resultados Consolidados do Millennium bcp em 30 de junho de 2023

Um Banco preparado para o futuro

Rendibilidade

- **Resultado líquido** de **423,2 milhões de euros** no primeiro semestre de 2023.
- **Aumento do resultado operacional core** do Grupo em **40,1%** para **1.199,9 milhões de euros**, suportado no **aumento de 28,3%** dos **proveitos core** e na **gestão rigorosa** dos **custos operacionais**, que aumentaram 8,8% face ao período homólogo de 2022.
- **Efeitos¹** relacionados com o **Bank Millennium**: **encargos de 399,1² milhões de euros** associados à carteira de créditos hipotecários em francos suíços, dos quais provisões de 331,6³ milhões de euros que incluem a aplicação de pressupostos mais conservadores ao modelo de provisionamento decorrentes da decisão do Tribunal de Justiça da União Europeia; **resultados beneficiaram de 127,0 milhões de euros**, registados no trimestre anterior, **relacionados com a venda de 80% da participação na Millennium Financial Services** no âmbito da parceria estratégica na área de *bancassurance*.
- **Resultado líquido** da **atividade** em **Portugal** de **353,7 milhões de euros** no primeiro semestre de 2023.

Modelo de negócio robusto

- **Reforço significativo** dos **rácios de capital**. **Rácio de capital CET1⁴** de **14,0%** e **rácio de capital total⁴** de **18,3%** (aumento de 268 pb e de 304 pb, respetivamente, face ao período homólogo de 2022), evidenciando a forte capacidade de geração orgânica de capital.
- **Indicadores de liquidez⁵** muito acima dos **requisitos regulamentares** (LCR: 214%; NSFR: 155% e LtD: 75%).
- **Recursos de balanço** do **Grupo** crescem **2,9%** face a junho de 2022 para os **76,7 mil milhões de euros**.
- **Redução expressiva** de **ativos não produtivos** face a junho de 2022: 361 milhões de euros em NPE, 162 milhões de euros em imóveis recebidos por recuperação e 400 milhões de euros em fundos de reestruturação, uma redução combinada de 25,8% face a junho de 2022.
- **Crescimento da base de Clientes** com destaque para o aumento de Clientes *mobile* (+13% face a junho de 2022) que representam 66% do total de Clientes.

1 Antes de impostos e interesses que não controlam 2 Inclui provisões para riscos legais, custos com acordos extrajudiciais e consultoria legal 3 Não inclui provisões relacionadas com a carteira do Euro Bank de créditos hipotecários (garantida por entidade terceira) 4 Rácio *fully implemented* (inclui resultados não auditados do primeiro semestre de 2023) 5 Liquidity Coverage Ratio (LCR); Net Stable Funding Ratio (NSFR); Loans to Deposits Ratio (LtD).

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.
Sede: Praça D. João I, 28, 4000-295 Porto.
Capital Social: 3.000.000.000,00 Euros.
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial
do Porto com o número único de matrícula e de
identificação fiscal 501 525 882.
LEI: JU1U6SDG9YLT7N8ZV32

**DIREÇÃO DE RELAÇÕES
COM INVESTIDORES**
Bernardo Collaço
Telf. +351 211 131 084
investors@millenniumbcp.pt
bernardo.collaço@millenniumbcp.pt
alexandre.moita@millenniumbcp.pt

**CONTACTO
DE IMPRENSA**
Erik T. Burns
Telf. +351 211 131 242
Tlm. +351 917 265 020
erik.burns@millenniumbcp.pt
cintia.barbas@millenniumbcp.pt

SÍNTESE DE INDICADORES (1)

Milhões de euros

	30 jun. 23	30 jun. 22 (reexpresso)	Var. 23/22
BALANÇO			
Ativo total	90.950	96.022	(5,3 %)
Situação líquida	6.577	6.240	5,4 %
Crédito a clientes (líquido)	56.336	57.039	(1,2 %)
Recursos totais de clientes	92.453	91.070	1,5 %
Recursos de clientes de balanço	76.733	74.546	2,9 %
Depósitos e outros recursos de clientes	75.355	73.190	3,0 %
Crédito a clientes (líq.) / Depósitos e outros recursos de clientes (2)	74,8 %	77,9 %	
Crédito a clientes (líq.) / Recursos de clientes de balanço	73,4 %	76,5 %	
RESULTADOS			
Margem financeira	1.374,4	985,2	39,5 %
Produto bancário	1.844,3	1.273,0	44,9 %
Custos operacionais	561,5	516,2	8,8 %
Custos operacionais excluindo itens específicos (3)	549,9	510,5	7,7 %
Resultados de modificações	-11,6	-1,9	<-200%
Imparidade do crédito (líq. de recuperações)	145,5	179,4	(18,9 %)
Outras imparidades e provisões	402,9	371,9	8,3 %
Impostos sobre lucros	246,0	155,8	57,9 %
Resultado líquido	423,2	62,2	>200%
RENDIBILIDADE E EFICIÊNCIA			
Produto bancário / Ativo líquido médio (2)	4,1 %	2,7 %	
Rendibilidade do ativo médio (ROA)	1,1 %	0,1 %	
Resultado antes de impostos e interesses que não controlam / Ativo líquido médio (2)	1,6 %	0,4 %	
Rendibilidade dos capitais próprios médios (ROE)	16,8 %	2,4 %	
Resultado antes de impostos e interesses que não controlam / Capitais próprios médios (2)	24,6 %	6,7 %	
Taxa de margem financeira	3,34 %	2,29 %	
Rácio de eficiência core (2)(3)	31,2 %	37,2 %	
Rácio de eficiência (2)	30,4 %	40,6 %	
Rácio de eficiência (2)(3)	32,0 %	40,1 %	
Rácio de eficiência - atividade em Portugal (2)(3)	31,0 %	39,5 %	
Custos com o pessoal / Produto bancário (2)(3)	17,3 %	21,9 %	
QUALIDADE DO CRÉDITO			
Custo do risco (líq. recuperações, em p.b.)	50	61	
Non-Performing Exposures (crédito) / Crédito a clientes	3,7 %	4,3 %	
Imparidade do crédito (balanço) / NPE (crédito)	73,6 %	64,5 %	
Crédito reestruturado / Crédito a clientes	3,2 %	3,6 %	
LIQUIDEZ			
Liquidity Coverage Ratio (LCR)	214 %	261 %	
Net Stable Funding Ratio (NSFR)	155 %	153 %	
CAPITAL (4)			
Rácio common equity tier 1 phased-in	14,0 %	11,5 %	
Rácio common equity tier 1 fully implemented	14,0 %	11,3 %	
Rácio total fully implemented	18,3 %	15,3 %	
SUCURSAIS			
Atividade em Portugal	402	415	(3,1 %)
Atividade internacional	817	832	(1,8 %)
COLABORADORES			
Atividade em Portugal	6.256	6.254	0,0 %
Atividade internacional (5)	9.393	9.413	(0,2 %)

Notas:

- (1) Alguns indicadores são apresentados segundo os critérios de gestão do Grupo, cujos conceitos se encontram descritos e detalhados no glossário.
- (2) De acordo com a Instrução do Banco de Portugal n.º 16/2004, na versão vigente.
- (3) Exclui itens específicos: impacto positivo de 115,3 milhões de euros, reconhecidos no primeiro semestre de 2023, que inclui proveitos no montante de 127,0 milhões de euros na atividade internacional, associados à venda de 80% das ações da Millennium Financial Services sp. z o.o. (117,8 milhões de euros reconhecidos em resultados de operações financeiras e 9,2 milhões de euros reconhecidos em outros proveitos de exploração líquidos) e custos de 11,6 milhões de euros reconhecidos em custos com o pessoal na atividade em Portugal ((i) custos relacionados com a compensação pelo ajuste temporário da remuneração entre 2014 e 2017; (ii) custos com financiamento de crédito à habitação a ex-colaboradores e (iii) um proveito reconhecido após celebração de acordo relacionado com responsabilidades com ex-administradores do Banco). No primeiro semestre de 2022, o impacto foi negativo no montante de 5,7 milhões de euros, sobretudo relacionado com a compensação pelo ajuste temporário da remuneração entre 2014 e 2017.
- (4) Os rácios de capital com referência a 30 de junho de 2023 são estimados, incluindo os resultados líquidos positivos, não auditados, acumulados no período.
- (5) Dos quais, na Polónia: 6.869 colaboradores em 30 de junho de 2023 (correspondendo a 6.746 FTE - *Full-time equivalent*) e 6.871 colaboradores em 30 de junho de 2022 (correspondendo a 6.735 FTE - *Full-time equivalent*). Em 30 de junho de 2022, o número de colaboradores associado à atividade internacional inclui 3 colaboradores afetos a Cayman inexistentes à data de 30 de junho de 2023, na medida em que a operação foi liquidada em 2022.

RESULTADOS E ATIVIDADE NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2023

A guerra na Ucrânia, decorrente da invasão daquele país por parte da Federação Russa, em finais de fevereiro de 2022, continua a marcar a atualidade mundial. Ainda que a exposição direta do Grupo às economias dos dois países envolvidos no conflito não se afigure material, a elevada incerteza que prevalece quanto ao desfecho do conflito não permite, nesta fase, excluir liminarmente impactos futuros significativos, que não são neste momento passíveis de previsão ou quantificação.

O Grupo detém 49% do Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. (Mbcp Ageas), procedendo à sua contabilização pelo método de equivalência patrimonial, como investimentos em associadas. Em 1 de janeiro de 2023, a Mbcp Ageas fez a adoção simultânea da IFRS9 - Instrumentos financeiros e da IFRS17 - Contratos de seguro. Tendo em conta que a aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 exige informação comparativa, a Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador fez o exercício da transição a 1 de janeiro de 2022. Os impactos decorrentes da implementação da IFRS 17 pela Mbcp Ageas levaram à necessidade de reexpressão das contas do Grupo referentes a 2022.

Em 13 de fevereiro de 2023, o Bank Millennium assinou um acordo para a venda de 80% das ações da Millennium Financial Services sp. z o.o. à Towarzystwo Ubezpieczeń na Życie Europa S.A. que adquire 72% das ações da Sociedade e à Towarzystwo Ubezpieczeń Europa S.A. que adquire 8% das ações da Sociedade. O Bank Millennium celebrou também com os compradores e com a Millennium Financial Services sp. z o.o. determinados acordos relativos ao modelo de distribuição exclusiva de seguros, incluindo um acordo de cooperação, acordos de distribuição e acordos de agenciamento. A parceria estratégica assim estabelecida prevê uma ligação de *bancassurance* de longo prazo (10 anos) em relação a produtos de seguros específicos associados à oferta de crédito do Bank Millennium.

Em 29 de março de 2023 concluiu-se a transação, com a transferência de 80% das ações da Millennium Financial Services sp. z o.o., bem como com o recebimento do respetivo preço pelo Bank Millennium S.A., resultando no reconhecimento do correspondente resultado financeiro positivo e desencadeando o início da Cooperação Estratégica de Seguros entre o Banco e os compradores, conforme descrito anteriormente.

Em 24 de março de 2023, o BCP foi notificado da decisão favorável da autoridade de supervisão sobre o pedido de aplicação do artigo 352 (2) da CRR para exclusão do cálculo dos ativos ponderados para risco de mercado de determinadas posições cambiais estruturais para imunização dos rácios regulamentares face a variações das taxas de câmbio.

ANÁLISE DA RENDIBILIDADE

RESULTADO LÍQUIDO

O resultado líquido consolidado do Millennium bcp ascendeu a 423,2 milhões de euros nos primeiros seis meses de 2023, apresentando um crescimento bastante expressivo face aos 62,1¹ milhões de euros apurados no período homólogo do ano anterior.

Esta evolução do resultado líquido consolidado reflete o desempenho favorável quer da atividade em Portugal, quer da atividade internacional, levando a que a rendibilidade dos capitais próprios (ROE) do Grupo aumentasse significativamente face aos 2,4% apurados no primeiro semestre de 2022, fixando-se em 16,8% no primeiro semestre de 2023.

O crescimento do resultado líquido do Grupo reflete em larga medida a evolução dos proveitos *core*, que aumentaram 28,3%, de 1.372,7 milhões de euros no primeiro semestre de 2022 para 1.761,4 milhões de euros no mesmo período de 2023, beneficiando do crescimento de 39,5% (389,2 milhões de euros) registado na margem financeira.

¹ Na sequência da adoção, em 1 de janeiro de 2023, da IFRS9 - Instrumentos financeiros e da IFRS17 - Contratos de seguro, por parte da Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. (Mbcp Ageas), entidade detida a 49% pelo Grupo, e cumprindo a exigência de informação comparativa, as contas de 2022 do Grupo foram reexpressas em conformidade, correspondendo a um impacto negativo de 12,3 milhões de euros nos resultados do primeiro semestre de 2022.

Para a evolução favorável do resultado líquido do Grupo neste período contribuiu também o ganho extraordinário de 127,0² milhões de euros, reconhecido no primeiro trimestre do ano corrente, associado à venda, por parte do Bank Millennium, de 80% das ações da Millennium Financial Services sp. z o.o., no âmbito da parceria estratégica na área de bancassurance.

Por outro lado, a redução do montante das contribuições obrigatórias a que o Grupo esteve sujeito, particularmente expressiva na subsidiária polaca, onde se registou uma quebra de cerca de 90,0% (103,7 milhões de euros), amplamente justificada por isenções temporárias, também contribuiu fortemente para o bom desempenho do resultado líquido consolidado.

Para a evolução favorável do resultado do Grupo contribuiu ainda o facto de no primeiro semestre do ano anterior o resultado ter sido fortemente penalizado pela constituição de imparidades, no montante de 102,3 milhões de euros, referentes à totalidade do *goodwill* associado à participação que o Grupo detém no Bank Millennium S.A. na Polónia.

A evolução do perfil de risco da carteira de crédito na atividade em Portugal, por sua vez, permitiu uma redução das dotações para a imparidade do crédito (líquida de recuperações), determinando a evolução favorável desta rubrica, que em termos consolidados se situou 33,9 milhões de euros (18,9%) abaixo do montante apurado no primeiro semestre de 2022.

Inversamente, o resultado do Grupo continua a ser fortemente condicionado pelo acréscimo dos custos associados à carteira de créditos hipotecários em moeda estrangeira, que globalmente evoluíram de 257,8² milhões de euros no primeiro semestre de 2022, para 399,1² milhões de euros no primeiro semestre de 2023. O aumento destes custos decorreu maioritariamente da constituição de provisões adicionais para fazer face ao risco de litigância implícito nesta carteira, na sequência da decisão desfavorável do Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE) relativamente aos créditos hipotecários em moeda estrangeira (331,6 milhões de euros no primeiro semestre de 2023 vs 198,1 milhões de euros no mesmo período do ano anterior, montantes líquidos do valor originado pelas operações do Euro Bank S.A., a ser resarcido por entidade terceira).

Por outro lado, não obstante a prossecução de uma gestão disciplinada dos custos operacionais por parte do Grupo, o impacto da inflação fez-se sentir nas várias geografias em que o Banco opera (particularmente na Polónia e em Moçambique onde registou níveis de dois dígitos em 2022), influenciando a evolução dos custos operacionais que, em termos consolidados, aumentaram 8,8% (45,3 milhões de euros) face ao montante apurado no primeiro semestre de 2022.

Paralelamente, e apesar de numa dimensão mais reduzida, os resultados do Grupo também foram influenciados, por um lado, pelo aumento dos resultados por equivalência patrimonial e por outro pelo desempenho menos favorável, em comparação com o primeiro semestre de 2022, dos rendimentos de instrumentos de capital e dos resultados de modificações. As comissões líquidas, por sua vez, mantiveram-se em linha com os valores apurados nos primeiros seis meses de 2022.

O montante de 1,5 milhões de euros reconhecidos em resultados de operações descontinuadas ou em descontinuação no primeiro semestre de 2022, incorpora maioritariamente o acerto do preço de venda do Banque Privée, conforme condições previamente acordadas³.

O resultado operacional *core* do Grupo ascendeu a 1.199,9 milhões de euros nos primeiros seis meses de 2023, evidenciando um crescimento expressivo de 40,1% face aos 856,5 milhões de euros alcançados no mesmo período de 2022, impulsionado pelo já referido aumento dos proveitos *core*.

Na atividade em Portugal, o resultado líquido ascendeu a 353,7 milhões de euros no primeiro semestre de 2023, situando-se bastante acima dos 162,2 milhões de euros alcançados no mesmo período do ano anterior, refletindo sobretudo o aumento de 39,6% dos proveitos *core*, de 707,7 milhões de euros, para 987,8 milhões de euros.

² Antes de impostos e de interesses que não controlam.

³ Na sequência da venda da totalidade do capital social do Banque Privée BCP (Suisse) S.A. ("Banque Privée"), no quarto trimestre de 2021, o preço de venda recebido poderia vir a ser ajustado positiva ou negativamente, em função de ajustamentos habituais neste tipo de transações, incluindo a variação da situação líquida nas contas finais da companhia na data da transação, e os decorrentes de variações de *stocks* e/ou de fluxos de ativos sob gestão, em datas pré-determinadas e para carteiras pré-estabelecidas.

O crescimento dos proveitos *core*, em 280,0 milhões de euros, reflete principalmente a evolução favorável evidenciada pela margem financeira, que aumentou 277,0 milhões de euros (64,3%) face ao primeiro semestre de 2022, sendo que as comissões líquidas, apesar de também terem evoluído favoravelmente, apresentaram um crescimento bastante mais modesto.

A evolução do resultado líquido na atividade em Portugal foi também influenciada, por um lado, pela melhoria na perspetiva do risco da carteira de crédito, que se traduziu numa redução das dotações para imparidade do crédito (líquidas de recuperações), e por outro, pela forte redução registada nos resultados em operações financeiras, devido sobretudo aos ganhos reconhecidos no primeiro semestre do ano anterior com a alienação de títulos de dívida pública estrangeira, que não se verificaram no primeiro semestre deste ano.

O resultado líquido da atividade em Portugal reflete ainda, pese embora de forma menos expressiva, um ligeiro aumento dos custos operacionais e o menor contributo dos rendimentos de instrumentos de capital, por um lado, e o desempenho favorável dos resultados por equivalência patrimonial, dos outros proveitos de exploração líquidos e das outras imparidades e provisões, por outro.

De salientar que o aumento significativo dos proveitos *core* compensou largamente a subida dos custos operacionais, levando a que o resultado operacional *core* na atividade em Portugal crescesse 64,5%, de 413,9 milhões de euros no primeiro semestre de 2022, para 681,0 milhões de euros no primeiro semestre de 2023.

Na atividade internacional, o resultado líquido cifrou-se em 69,5 milhões de euros, melhorando significativamente face aos 100,0 milhões de euros negativos apurados no semestre homólogo do ano anterior, penalizado pela constituição de imparidade no montante de 102,3 milhões de euros, referentes à totalidade do *goodwill* associado à participação que o Grupo detém no Bank Millennium S.A. na Polónia. A evolução do resultado líquido na atividade internacional reflete também, em larga medida, o maior contributo associado à subsidiária polaca, que após um período alargado com resultados trimestrais negativos, apresentou resultados positivos pelo terceiro trimestre consecutivo.

Para o desempenho favorável da subsidiária polaca contribuíram em larga medida quer o já referido ganho extraordinário associado à venda de 80% das ações da Millennium Financial Services sp. z o.o., quer o crescimento de 21,6% registado na margem financeira, impulsionado pelos sucessivos aumentos das taxas de juro de referência do banco central da Polónia verificados entre o último trimestre de 2021 e o terceiro trimestre de 2022. Adicionalmente, a redução do montante das contribuições obrigatórias a que a subsidiária polaca esteve sujeita também contribuiu em grande medida para o crescimento do resultado líquido apresentado.

Por outro lado, o resultado da subsidiária polaca e consequentemente da atividade internacional, no primeiro semestre de 2023, foi penalizado pelo acréscimo dos custos associados à carteira de créditos hipotecários em moeda estrangeira, devido principalmente às provisões adicionais constituídas na sequência da decisão desfavorável do Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE) relativamente a estes créditos.

Beneficiando do aumento dos proveitos *core* e não obstante o impacto da taxa de inflação nos custos operacionais, o resultado operacional *core* da atividade internacional aumentou 17,2%, de 442,6 milhões de euros no primeiro semestre de 2022, para 518,9 milhões de euros no primeiro semestre de 2023.

MARGEM FINANCEIRA

A margem financeira do Grupo ascendeu a 1.374,4 milhões de euros no primeiro semestre de 2023, correspondendo a um crescimento de 39,5% face aos 985,2 milhões de euros apurados no período homólogo do ano anterior. A evolução favorável da margem financeira foi transversal às três geografias em que o Banco opera, destacando-se o crescimento superior a 60% observado na atividade em Portugal.

Com efeito, a margem financeira, na atividade em Portugal, ascendeu a 707,5 milhões de euros, nos primeiros seis meses de 2023, apresentando um crescimento muito expressivo de 64,3% face aos 430,5 milhões de euros apurados no final do primeiro semestre de 2022.

Este desempenho da margem financeira reflete, em larga medida, o maior rendimento gerado pela carteira de crédito a clientes, decorrente dos aumentos registados nas taxas de juro, parcialmente compensado pelo aumento da remuneração da carteira de depósitos.

Paralelamente, a evolução da margem financeira na atividade em Portugal reflete também o impacto positivo decorrente da gestão da carteira de títulos, merecendo particular destaque o maior contributo do rendimento gerado pela carteira de dívida pública, beneficiando da evolução das taxas de juro.

Inversamente, a evolução da margem financeira na atividade em Portugal reflete o aumento, face ao primeiro semestre de 2022, dos custos suportados com a dívida emitida, decorrente não só do aumento das taxas de juro aplicadas, mas também do impacto de uma emissão de títulos representativos de dívida sénior preferencial, no montante de 350 milhões de euros, colocada no mercado em outubro de 2022, ao abrigo do *Euro Note Programme* do Banco, visando o cumprimento dos requisitos designados por “MREL” (*Minimum Requirements for Own Funds and Eligible Liabilities*), parcialmente compensado pela liquidação de uma emissão de obrigações hipotecárias em maio de 2022.

O desempenho da margem financeira na atividade em Portugal foi também influenciado pelo impacto dos proveitos, registados no primeiro semestre de 2022, associados ao financiamento obtido junto do Banco Central Europeu, através da participação nas operações de refinanciamento de prazo alargado direcionada (TLTRO), decorrentes da taxa de juro negativa aplicada. Na sequência do reembolso antecipado em dezembro de 2022 e uma parcela remanescente em janeiro de 2023, estas operações já não tiveram um impacto material no primeiro semestre de 2023. A evolução das taxas de juro refletiu-se também no aumento do custo dos recursos de outras instituições de crédito, líquido dos juros das aplicações de excedentes de liquidez junto destas instituições. Em contrapartida, refira-se o aumento na margem financeira decorrente das aplicações de liquidez junto do Banco de Portugal.

Na atividade internacional, a margem financeira aumentou 20,2% face aos 554,7 milhões de euros apurados no primeiro semestre de 2022, ascendendo a 666,8 milhões de euros nos primeiros seis meses do ano corrente.

Esta evolução ficou a dever-se maioritariamente ao desempenho da subsidiária polaca, impulsionado pelos sucessivos aumentos das taxas de juro de referência verificados entre o último trimestre de 2021 e o terceiro trimestre de 2022, sendo que na subsidiária em Moçambique a margem financeira também registou um aumento, ainda que de menor dimensão, afetada pelo expressivo aumento do requisito local de reservas de caixa não remuneradas a manter junto do banco central.

Em termos consolidados, a taxa de margem financeira subiu de 2,29% no primeiro semestre de 2022 para 3,34% no primeiro semestre de 2023, refletindo o desempenho quer da atividade em Portugal, onde evoluiu de 1,41% para 2,52%, quer da atividade internacional cujo aumento foi de 4,44% para 5,07%.

RESULTADOS POR EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL E RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Os resultados por equivalência patrimonial em conjunto com os rendimentos de instrumentos de capital, que incluem os dividendos e os rendimentos de partes de capital recebidos de investimentos classificados como ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e como ativos financeiros detidos para negociação, evoluíram de 33,3 milhões de euros no primeiro semestre de 2022, para 30,6 milhões de euros no mesmo período de 2023, com a redução dos rendimentos de instrumentos de capital na atividade em Portugal a ser atenuada pelo crescimento dos resultados por equivalência patrimonial, verificada tanto na atividade em Portugal como na atividade internacional.

Na atividade em Portugal, os resultados por equivalência patrimonial em conjunto com os rendimentos de instrumentos de capital totalizaram 28,2 milhões de euros no primeiro semestre de 2023, que compara com 34,0 milhões de euros apurados no mesmo período do ano anterior.

Importa referir que, cumprindo a exigência de informação comparativa, o montante associado aos resultados por equivalência patrimonial, referente ao primeiro semestre de 2022 foi reexpresso, na sequência da adoção, em 1 de janeiro de 2023, da IFRS9 - Instrumentos financeiros e da IFRS17 - Contratos de seguro por parte da Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. (Mbcp Ageas), entidade detida a 49% pelo Grupo.

Esta reexpressão traduziu-se num ajustamento de 12,3 milhões de euros, de 18,0 milhões de euros para 5,7 milhões de euros, nos resultados por equivalência patrimonial provenientes da Mbcp Ageas no primeiro semestre de 2022, face aos 19,7 milhões de euros registados na primeira metade de 2023. O impacto dos resultados da Mbcp Ageas na evolução desta rubrica foi atenuado pelos menores rendimentos gerados pelas participações na Unicre e na SIBS, na primeira metade de 2023 face ao montante registado nos primeiros seis meses de 2022.

Na atividade internacional, os resultados por equivalência patrimonial em conjunto com os rendimentos de instrumentos de capital, totalizaram 2,4 milhões de euros nos primeiros seis meses de 2023, que compara favoravelmente com 0,6 milhões de euros negativos apurados em igual período do ano anterior, refletindo sobretudo a evolução dos resultados gerados pelo Banco Millennium Atlântico.

COMISSÕES LÍQUIDAS

Nos primeiros seis meses de 2023, as comissões líquidas totalizaram 387,0 milhões de euros, mantendo-se estáveis face ao montante registado no período homólogo do ano anterior (-0,1%), com o crescimento alcançado na atividade em Portugal a ser integralmente absorvido pela quebra registada na atividade internacional, nomeadamente na subsidiária polaca.

Em termos consolidados, as comissões bancárias permaneceram num patamar semelhante ao verificado no primeiro semestre de 2022, com o aumento registado na atividade em Portugal a ser atenuado pela redução verificada na atividade internacional, onde também se verificou uma quebra nas comissões relacionadas com mercados, determinante para a evolução desse agregado em termos consolidados, uma vez que na atividade em Portugal este tipo de comissões não apresentou uma variação significativa.

Na atividade em Portugal, as comissões líquidas situaram-se 1,1% acima dos 277,2 milhões de euros registados no primeiro semestre de 2022, ascendendo a 280,2 milhões de euros no final do primeiro semestre do ano corrente.

Esta evolução foi determinada pelo aumento de 3,2 milhões de euros (1,4%) registado nas comissões relacionadas com o negócio bancário, que na primeira metade de 2023 ascenderam a 236,5 milhões de euros. Para este desempenho contribuiu em larga medida o aumento das comissões relacionadas com cartões e transferências de valores, refletindo essencialmente o maior contributo das comissões relacionadas com transferências de valores, que incluem maioritariamente os montantes cobrados pelas transações realizadas com cartões e respetivas redes de pagamento, pelas transferências bancárias e pela utilização de pontos de venda (POS), evidenciando assim um aumento dos níveis de transacionalidade. As comissões de gestão e manutenção de contas, por sua vez, também cresceram devido essencialmente à dinâmica de captação de novos clientes e à gestão das propostas de valor. As comissões de *bancassurance* e as outras comissões bancárias, na atividade em Portugal, também evoluíram favoravelmente, pese embora com menor expressão. Inversamente, as comissões relacionadas com crédito e garantias, conjuntamente, apresentaram uma quebra, no mesmo período, refletindo a menor produção de crédito no contexto atual e as restrições legais entretanto impostas.

As comissões relacionadas com os mercados financeiros, na atividade em Portugal, fixaram-se em 43,7 milhões de euros no final do primeiro semestre de 2023, mantendo-se em linha com o montante apurado no primeiro semestre de 2022.

Na atividade internacional, as comissões líquidas cifraram-se em 106,8 milhões de euros nos primeiros seis meses de 2023, situando-se 3,2% aquém dos 110,4 milhões de euros apurados no mesmo período do ano anterior, com o aumento registado na subsidiária em Moçambique a ser insuficiente para compensar a quebra verificada na subsidiária polaca.

As comissões relacionadas com o negócio bancário na atividade internacional totalizaram 97,8 milhões de euros no final de junho de 2023, que compara com 99,3 milhões de euros contabilizados no mesmo período do ano anterior refletindo a quebra verificada na subsidiária polaca, atenuada pelo bom desempenho da operação em Moçambique no que respeita a este tipo de comissões.

As comissões relacionadas com mercados na atividade internacional, por sua vez, evoluíram de 11,1 milhões de euros no primeiro semestre de 2022, para 9,1 milhões de euros em igual período de 2023, devido ao desempenho da atividade na subsidiária polaca uma vez que este tipo de comissões não tem expressão na subsidiária moçambicana.

COMISSÕES LÍQUIDAS ⁽¹⁾

Milhões de euros

	6M23	6M22	Var. 23/22
COMISSÕES BANCÁRIAS	334,3	332,7	0,5 %
Cartões e transferências de valores	122,3	110,4	10,8 %
Crédito e garantias	63,9	75,3	(15,1 %)
<i>Bancassurance</i>	<i>63,1</i>	<i>59,6</i>	<i>5,8 %</i>
Gestão e manutenção de contas	79,8	82,0	(2,7 %)
Outras comissões	5,2	5,4	(4,1 %)
COMISSÕES RELACIONADAS COM MERCADOS	52,7	54,9	(3,9 %)
Operações sobre títulos	18,9	19,7	(4,1 %)
Gestão e distribuição de ativos	33,8	35,2	(3,8 %)
	387,0	387,6	(0,1 %)
das quais:			
Atividade em Portugal	280,2	277,2	1,1 %
Atividade internacional	106,8	110,4	(3,2) %

(1) No primeiro semestre de 2023 foram efetuadas algumas reclassificações contabilísticas, com vista a melhorar a qualidade da informação reportada. Os valores históricos relativos ao primeiro semestre de 2022 das rubricas objeto de reclassificação, considerados para efeitos da presente análise, estão apresentados de acordo com as reclassificações efetuadas, com o objetivo de assegurar a sua comparabilidade, divergindo, assim, dos valores contabilísticos divulgados. O montante total das comissões líquidas divulgado em períodos anteriores mantém-se inalterado.

RESULTADOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS

Nos primeiros seis meses de 2023, os resultados em operações financeiras ascenderam a 124,5 milhões de euros, apresentando um crescimento bastante expressivo face aos 42,2 milhões de euros alcançados no semestre homólogo do ano anterior. Esta evolução beneficiou maioritariamente dos ganhos reconhecidos com a venda de 80% das ações da Millennium Financial Services sp. z o.o. pelo Bank Millennium na Polónia, no âmbito da parceria estratégica na área de *bancassurance* (117,8 milhões de euros no primeiro trimestre de 2023, considerados como itens específicos).

Na atividade em Portugal, os resultados em operações financeiras cifraram-se em 2,7 milhões de euros no primeiro semestre de 2023, situando-se muito aquém dos 59,8 milhões de euros apurados no mesmo período de 2022. Este desempenho decorreu, em grande parte, do contributo associado à carteira de títulos, devido sobretudo aos ganhos reconhecidos no primeiro semestre do ano anterior com a alienação de títulos de dívida pública estrangeira, que não se verificaram no primeiro semestre deste ano. De referir, no entanto, que, no mesmo período, a evolução dos resultados em operações financeiras associadas a títulos de dívida pública portuguesa, se revelou favorável, na medida em que as perdas registadas foram imateriais, contrariamente ao que havia sucedido no primeiro semestre de 2022. A evolução dos resultados em operações financeiras na atividade em Portugal foi ainda influenciada pelos custos apurados com a alienação de créditos no primeiro semestre de 2023, a contrastar com os proveitos reconhecidos no mesmo período do ano anterior.

Na atividade internacional, os resultados em operações financeiras apresentaram um crescimento muito significativo ao evoluir das perdas de 17,6 milhões de euros apuradas no primeiro semestre de 2022, para ganhos de 121,8 milhões de euros registados no final do primeiro semestre do ano corrente.

Este desempenho foi determinado pelo contributo da subsidiária polaca, nomeadamente pelo reconhecimento, no primeiro semestre de 2023, dos ganhos obtidos com a venda de 80% das ações da Millennium Financial Services sp. z o.o., que conforme referido anteriormente se cifraram em 117,8 milhões de euros, tendo sido considerados itens

específicos. Adicionalmente, a redução dos custos suportados pela subsidiária polaca com a conversão de créditos hipotecários concedidos em francos suíços, na sequência dos acordos entretanto celebrados com os clientes detentores desses créditos, de 49,3 milhões de euros no primeiro semestre de 2022, para 24,6 milhões de euros nos primeiros seis meses do ano corrente também contribuiu para o desempenho favorável desta rubrica.

OUTROS PROVEITOS DE EXPLORAÇÃO LÍQUIDOS

Os outros proveitos de exploração líquidos⁴ incorporam, entre outros, os custos relacionados com os fundos de garantia de depósitos e de resolução, bem como com as restantes contribuições obrigatórias, quer na atividade em Portugal, quer na atividade internacional.

No primeiro semestre de 2023, os outros proveitos de exploração líquidos fixaram-se em 72,2 milhões de euros negativos, evidenciando uma melhoria significativa face aos 175,3 milhões de euros também negativos apurados no semestre homólogo do ano anterior, refletindo sobretudo o desempenho da atividade internacional, nomeadamente a redução das contribuições obrigatórias a que a subsidiária polaca esteve sujeita.

Na atividade em Portugal, os outros proveitos de exploração líquidos evoluíram de 72,0 milhões de euros negativos no primeiro semestre de 2022, para 66,8 milhões de euros também negativos no mesmo período do ano corrente, beneficiando também da redução dos custos suportados com as contribuições obrigatórias, pese embora esse impacto tenha sido em grande medida absorvido pelos menores ganhos reconhecidos com a alienação de ativos não correntes detidos para venda face ao montante reconhecido no primeiro semestre de 2022.

A evolução do montante global das contribuições obrigatórias na atividade em Portugal, de 88,5 milhões de euros apurados no primeiro semestre de 2022 para 72,6 milhões de euros no primeiro semestre de 2023, ficou a dever-se, maioritariamente à redução das contribuições exigidas para o Fundo de Resolução Nacional (FRN) e para o Fundo Único de Resolução (FUR). Com efeito, a contribuição para o FRN diminuiu cerca de 50%, para 9,5 milhões de euros no primeiro semestre de 2023, devido, sobretudo, à redução da taxa de contribuição, de 0,057% em 2022 para 0,029% em 2023. O custo com a contribuição para o Fundo Único de Resolução (FUR), por sua vez, passou de 25,8 milhões de euros nos primeiros seis meses de 2022, para 17,7 milhões de euros no mesmo período do ano corrente, refletindo as menores necessidades de reforço do FUR determinadas pelo Conselho Único de Resolução (CUR) e ainda o aumento de 15,0% para 22,5%, da proporção suscetível de ser satisfeita mediante compromissos irrevogáveis de pagamento, reduzindo assim o impacto sobre a conta de exploração das instituições.

De salientar que do montante total dos custos reconhecidos com contribuições obrigatórias na atividade em Portugal, no primeiro semestre de 2023, 54,3 milhões de euros referem-se a contribuições destinadas a entidades nacionais (62,2 milhões de euros nos primeiros seis meses de 2022).

Na atividade internacional, os outros proveitos de exploração líquidos melhoraram significativamente face aos 103,3 milhões de euros negativos reconhecidos no primeiro semestre de 2022, totalizando 5,3 milhões de euros também negativos no mesmo período de 2023. Esta evolução reflete sobretudo o desempenho da subsidiária polaca, influenciado em larga medida pela redução em cerca de 90% (de 116,7 milhões de euros para 13,0 milhões de euros) das contribuições obrigatórias a que a mesma esteve sujeita.

Esta evolução ficou a dever-se, em grande parte, à contribuição, suportada em junho de 2022, associada ao então criado fundo de proteção institucional polaco (IPS - *Institutional Protection Scheme*), que ascendeu a 54,3 milhões de euros, inexistente em 2023. Por outro lado, na sequência da contribuição para o IPS, encontra-se suspensa a contribuição para o fundo de garantia de depósitos do Bank Millennium, que apenas suportou os custos com este fundo até ao primeiro trimestre de 2022, inclusivé, contribuindo também desta forma para a evolução favorável do montante global suportado com as contribuições obrigatórias face ao primeiro semestre de 2022. Adicionalmente, a evolução das contribuições obrigatórias beneficiou também da suspensão do pagamento do imposto especial sobre o sector bancário polaco, na sequência da ativação, no início do segundo semestre de 2022, do Plano de Recuperação do Bank Millennium (reconhecidos 36,4 milhões de euros no primeiro semestre de 2022). Por sua vez, os encargos com o fundo

⁴ No quarto trimestre de 2022, os montantes associados a modificações contratuais, designadamente as negociadas com clientes devedores de créditos hipotecários em moeda estrangeira, até então considerados como outros proveitos de exploração líquidos, foram reclassificados passando a ser reconhecidos em resultados de modificações. Os valores históricos referentes ao primeiro semestre de 2022 considerados para efeitos da presente análise estão apresentados de acordo com as reclassificações efetuadas, com o objetivo de assegurar a sua comparabilidade, divergindo, portanto, dos valores contabilísticos divulgados. Os montantes reclassificados nos primeiros seis meses de 2022 ascenderam a 1,9 milhões de euros.

de resolução reconhecidos no primeiro semestre de 2023 também se situaram aquém do montante reconhecido no primeiro semestre de 2022.

Para além da redução dos encargos com as contribuições obrigatórias da subsidiária polaca, a evolução dos outros proveitos de exploração líquidos beneficiou também, ainda que numa menor dimensão, de um ganho de 9,2 milhões de euros, considerado um item específico, associado à reavaliação da participação minoritária (20%) com que o Bank Millennium na Polónia ficou na sequência da venda de 80% das ações da Millennium Financial Services sp. z o.o, no primeiro trimestre de 2023.

Inversamente, o desempenho dos outros proveitos de exploração líquidos foi influenciado negativamente pelos impactos associados à carteira de créditos hipotecários em moeda estrangeira que, nesta rubrica, evoluíram de um proveito de 16,7 milhões de euros no primeiro semestre de 2022 para um proveito marginal de 1,0 milhão de euros no primeiro semestre de 2023. Este desempenho reflete o aumento quer dos custos judiciais relacionados com os processos de reclamação interpostos pelo Bank Millennium, que visam sobretudo reclamar a devolução dos custos associados à utilização do capital, por parte dos clientes, durante o período dos respetivos empréstimos, quer dos custos decorrentes das negociações com clientes. Por outro lado, os proveitos a receber de entidade terceira, como compensação pelos custos suportados com a constituição de provisões para fazer face ao risco legal implícito nos créditos hipotecários em moeda estrangeira, na sequência das cláusulas de indemnização e garantias contratuais previstas no contrato de aquisição do Euro Bank S.A. diminuíram, de 20,7 milhões de euros no primeiro semestre de 2022, para 18,4 milhões de euros no primeiro semestre de 2023.

CUSTOS OPERACIONAIS

No primeiro semestre de 2023, os custos operacionais cifraram-se em 561,5 milhões de euros, situando-se 8,8% acima dos 516,2 milhões de euros apurados no primeiro semestre de 2022, fortemente condicionados pelas taxas de inflação verificadas nas diversas geografias em que o Banco opera.

Não obstante a gestão disciplinada dos custos preconizada pelo Grupo, esta evolução decorre assim do contributo quer da atividade em Portugal, quer principalmente da atividade internacional, nomeadamente da subsidiária polaca.

Em termos consolidados, esta evolução reflete o aumento de 8,4% (23,8 milhões de euros) dos custos com o pessoal e a subida de 13,7% (22,3 milhões de euros) nos outros gastos administrativos. As amortizações do exercício, por sua vez, apresentaram uma redução pouco expressiva de 1,2% (0,9 milhões de euros).

Apesar dos custos operacionais, se terem revelado superiores face ao montante contabilizado no primeiro semestre de 2022, o aumento evidenciado quer no produto bancário, quer nos proveitos *core*, permitiu uma melhoria significativa dos rácios de eficiência e de eficiência *core* que evoluíram, respetivamente, de 40,6% para 30,4% e de 37,6% para 31,9% no período em análise.

Os valores apresentados incluem os itens específicos⁵ considerados em cada um dos períodos. Excluindo os itens específicos, os custos operacionais evoluíram de 510,5 milhões de euros no primeiro semestre de 2022 para 549,9 milhões de euros no mesmo período do ano corrente. O rácio de eficiência situou-se em 32,0% e o rácio de eficiência *core* em 31,2%, que compararam respetivamente com 40,1% e 37,2% apurados no primeiro semestre de 2022.

Na atividade em Portugal, os custos operacionais totalizaram 306,8 milhões de euros situando-se 4,4% acima dos 293,8 milhões de euros apurados no mesmo período do ano anterior. Esta evolução dos custos operacionais na atividade em Portugal reflete maioritariamente o aumento de 6,0% (10,0 milhões de euros) registado nos custos com o pessoal. Os outros gastos administrativos situaram-se 6,7% (5,9 milhões de euros) acima do montante apurado no primeiro semestre do ano anterior, refletindo os níveis de inflação verificados, enquanto as amortizações do exercício apresentaram uma quebra de 7,4%, correspondendo a 2,9 milhões de euros.

⁵ No primeiro semestre de 2023, os itens específicos tiveram um impacto positivo de 115,3 milhões de euros, que inclui proveitos no montante de 127,0 milhões de euros provenientes da subsidiária polaca, associados à venda de 80% das ações da Millennium Financial Services sp. z o.o. (117,8 milhões de euros reconhecidos em resultados de operações financeiras e 9,2 milhões de euros reconhecidos em outros proveitos de exploração líquidos) e custos de 11,6 milhões de euros reconhecidos em custos com o pessoal na atividade em Portugal: (i) custos relacionados com a compensação pelo ajuste temporário da remuneração entre 2014 e 2017; ii) custos com financiamento de crédito à habitação a ex-colaboradores e (iii) um proveito reconhecido após celebração de acordo relacionado com responsabilidades com ex-administradores do Banco. No primeiro semestre de 2022, o impacto foi negativo no montante de 5,7 milhões de euros, sobretudo relacionado com a compensação pelo ajuste temporário da remuneração entre 2014 e 2017.

No período em análise, os rácios de eficiência e de eficiência *core* na atividade em Portugal evoluíram de 40,3% para 32,2%, e de 41,5% para 31,1%, respetivamente, evidenciando a robustez da operação em Portugal e a resiliência do seu modelo de negócio.

Não considerando os itens específicos, os custos operacionais na atividade em Portugal evoluíram de 288,2 milhões de euros para 295,1 milhões de euros. O rácio de eficiência situou-se em 31,0% e o rácio de eficiência *core* em 29,9%, valores que comparam respetivamente com 39,5% e 40,7% apurados no primeiro semestre de 2022.

Na atividade internacional, a evolução dos custos operacionais, de 222,4 milhões de euros no primeiro semestre de 2022, para 254,7 milhões de euros no final do primeiro semestre de 2023, reflete, em grande parte, a inflação registada nos doze últimos meses, tanto da subsidiária em Moçambique, como principalmente, da subsidiária polaca, dada a sua maior expressão.

Os outros gastos administrativos e os custos com o pessoal aumentaram 22,2% (16,4 milhões de euros) e 11,7% (13,8 milhões de euros) respetivamente, enquanto as amortizações do exercício se situaram 7,0% (2,1 milhões de euros) acima do montante apurado um ano antes.

Importa, no entanto, salientar que o crescimento do produto bancário e dos proveitos *core* mais do que compensou a subida dos custos operacionais, na atividade internacional, permitindo uma evolução favorável dos rácios de eficiência e de eficiência *core*, de 40,9% e 33,4% no primeiro semestre de 2022, para 28,5% (33,3%, excluindo os itens específicos) e 32,9% no mesmo período de 2023.

CUSTOS COM O PESSOAL

Os custos com o pessoal totalizaram 308,0 milhões de euros nos primeiros seis meses de 2023, situando-se 8,4% acima dos 284,2 milhões de euros contabilizados no mesmo período do ano anterior, devido ao desempenho quer da atividade em Portugal, quer da atividade internacional.

Os montantes apresentados incluem os itens específicos considerados em cada um dos períodos, na atividade em Portugal. No primeiro semestre de 2023, os itens específicos tiveram um impacto negativo de 11,6 milhões de euros, incluindo custos relacionados com a compensação pelo ajuste temporário da remuneração entre 2014 e 2017 através da distribuição de parte dos resultados de 2022 pelos colaboradores do Banco, custos com financiamento de crédito à habitação a ex-colaboradores e um proveito reconhecido após celebração de acordo relacionado com responsabilidades com ex-administradores do Banco. No primeiro semestre de 2022, o impacto também foi negativo no montante de 5,7 milhões de euros, sobretudo relacionado com a compensação pelo ajuste temporário da remuneração entre 2014 e 2017 através da distribuição de parte dos resultados de 2021 pelos colaboradores do Banco.

Excluindo os itens específicos, os custos com o pessoal do Grupo cifraram-se em 296,3 milhões de euros, que compara com 278,5 milhões de euros contabilizados no primeiro semestre de 2022.

Na atividade em Portugal, os custos com o pessoal ascenderam a 175,7 milhões de euros nos primeiros seis meses de 2023, situando-se 6,0% acima dos 165,7 milhões de euros apurados no período homólogo do ano anterior (164,0 milhões de euros no primeiro semestre de 2023, correspondendo a um aumento de 2,5% face aos 160,0 milhões de euros apurados no mesmo período de 2022, não considerando o impacto dos itens específicos).

Após a implementação do plano de ajustamento do quadro de pessoal que o Banco levou a cabo em 2021, o número de colaboradores na atividade em Portugal permaneceu estável, fixando-se em 6.256 colaboradores no final de junho de 2023, mais dois do que na mesma data do ano anterior. Importa, no entanto, referir que o Banco continuou a responder às necessidades atuais através da contratação de novos colaboradores com competências específicas, nomeadamente no digital e novas tecnologias.

Na atividade internacional, os custos com o pessoal ascenderam a 132,3 milhões de euros no primeiro semestre de 2023, situando-se 11,7% acima dos 118,5 milhões de euros apurados no mesmo período de 2022. Para esta evolução contribuiu maioritariamente o aumento de salários registado na subsidiária polaca pese embora a subsidiária em Moçambique também tenha registado um aumento nesta rubrica, ainda que de menor impacto em termos absolutos.

Na subsidiária polaca, a evolução dos custos com o pessoal continuou a ser determinada pela forte pressão sobre os salários base, decorrente quer dos crescentes níveis de inflação, quer das características do mercado de trabalho polaco, nomeadamente das taxas de desemprego muito baixas que se verificam no país.

Em 30 de junho de 2023, o quadro de pessoal da atividade internacional era composto por 9.393 colaboradores, que compara com 9.413 colaboradores existentes na mesma data de 2022. Ambas as subsidiárias mantiveram o seu quadro de pessoal relativamente estável, sendo que a subsidiária polaca terminou o primeiro semestre de 2023 com 6.869 colaboradores, apenas menos dois colaboradores que no final de junho de 2022 (6.746 FTE - *full time equivalent*, correspondendo a mais 11 colaboradores), enquanto a operação em Moçambique passou de 2.539 colaboradores para 2.524 no mesmo período.

OUTROS GASTOS ADMINISTRATIVOS

Os outros gastos administrativos evoluíram de 162,6 milhões de euros no primeiro semestre de 2022, para 184,9 milhões de euros no primeiro semestre de 2023, fortemente condicionados pelas taxas de inflação verificadas nas diversas geografias em que o Banco opera. O aumento de 13,7% em termos consolidados reflete assim o desempenho quer da atividade em Portugal, quer principalmente da atividade internacional, não obstante a gestão disciplinada dos custos preconizada pelo Grupo.

Na atividade em Portugal, os outros gastos administrativos totalizaram 94,3 milhões de euros nos primeiros seis meses de 2023, situando-se 6,7% acima dos 88,4 milhões de euros apurados no mesmo período do ano anterior, refletindo, sobretudo, o aumento dos custos associados a *outsourcing*, informática, estudos e consultas e rendas e alugueres. De referir que o aumento dos custos associados a estudos e consultas decorreu de exercícios no âmbito da supervisão. Inversamente, obtiveram-se poupanças em custos com água, energia e combustíveis, decorrentes da redução do preço da energia e de uma gestão eficiente do consumo. Paralelamente, na sequência da prossecução de uma gestão disciplinada dos custos, o Banco continua a implementar um conjunto de medidas com impactos recorrentes nesse sentido. O redimensionamento da rede de sucursais que, na atividade em Portugal, evoluiu de 415 sucursais, no final de junho de 2022, para 402 sucursais na mesma data de 2023, também teve um impacto positivo na generalidade das rubricas que compõem os outros gastos administrativos.

Na atividade internacional, os outros gastos administrativos ascenderam a 90,7 milhões de euros no primeiro semestre de 2023, representando um aumento de 22,2% face aos 74,2 milhões de euros apurados no semestre homólogo do ano anterior, devido em larga medida ao já referido aumento generalizado dos preços que se repercutiu quer na subsidiária polaca, quer na subsidiária em Moçambique.

O aumento dos custos foi mais expressivo na subsidiária polaca cuja evolução reflete para além do impacto da inflação, também o aumento dos custos com consultoria jurídica associados aos créditos hipotecários em moeda estrangeira. Por outro lado, importa referir que a evolução dos outros gastos administrativos, na atividade internacional, continua a beneficiar das sinergias obtidas na sequência da otimização da rede de sucursais verificada na subsidiária polaca, cujo número evoluiu das 635 sucursais existentes no final de junho de 2022, para 621 sucursais em 30 de junho de 2023. A subsidiária em Moçambique, por sua vez, terminou o primeiro semestre de 2023 com 196 sucursais, menos uma apenas que na mesma data do ano anterior.

AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO

Nos primeiros seis meses de 2023, as amortizações do exercício cifraram-se em 68,6 milhões de euros, mantendo-se em linha com o montante contabilizado no mesmo período do ano anterior.

Nesta evolução importa, no entanto, referir o desempenho favorável da atividade em Portugal, onde as amortizações apresentaram uma redução de 7,4%, de 39,8 milhões de euros no final do primeiro semestre de 2022 para 36,8 milhões de euros no final do primeiro semestre de 2023, sendo que o seu impacto foi absorvido quase integralmente pelo aumento de 7,0% verificado na atividade internacional, de 29,7 milhões de euros, para 31,8 milhões de euros no mesmo período.

O desempenho da atividade internacional foi determinado pela evolução da subsidiária em Moçambique, uma vez que na subsidiária polaca o aumento das amortizações no período em análise foi pouco expressivo.

CUSTOS OPERACIONAIS

Milhões de euros

	6M23	6M22	Var. 23/22
Custos com o pessoal	308,0	284,2	8,4 %
Outros gastos administrativos	184,9	162,6	13,7 %
Amortizações do exercício	68,6	69,5	(1,2 %)
CUSTOS OPERACIONAIS	561,5	516,2	8,8 %
dos quais:			
Atividade em Portugal	306,8	293,8	4,4 %
Atividade internacional	254,7	222,4	14,5 %

RESULTADOS DE MODIFICAÇÕES

Os resultados de modificações totalizaram 11,6 milhões de euros negativos no primeiro semestre de 2023, que compara com 1,9 milhões de euros também negativos apurados no semestre homólogo do ano anterior. Em ambos os períodos, os montantes apurados estão associados a modificações contratuais, designadamente as negociadas com clientes devedores de créditos hipotecários em moeda estrangeira na subsidiária polaca.

Com efeito, no quarto trimestre de 2022, o Banco procedeu à reclassificação do montante associado aos potenciais custos decorrentes do programa de moratórias (*credit holidays*⁶) na Polónia, promulgado em julho desse mesmo ano, que se encontrava contabilizado em outras imparidades e provisões, passando a reconhecer estes custos como resultados de modificações. Desde então, esta rubrica passou também a incluir modificações contratuais, designadamente as negociadas com clientes devedores de créditos hipotecários em moeda estrangeira, de acordo com a IFRS9. Apesar da sua pouca expressão, no âmbito desta análise, os montantes referentes ao primeiro semestre de 2022, que se encontravam reconhecidos em outros proveitos de exploração líquidos, foram reclassificados, divergindo, assim, dos valores contabilísticos divulgados.

IMPARIDADE DO CRÉDITO

No primeiro semestre de 2023, as dotações para imparidade do crédito (líquidas de recuperações) situaram-se 18,9% abaixo dos 179,4 milhões de euros contabilizados no semestre homólogo do ano anterior, fixando-se em 145,5 milhões de euros. Esta evolução reflete o desempenho favorável da atividade em Portugal, uma vez que na atividade internacional a imparidade do crédito permaneceu estável face ao montante apurado um ano antes.

Na atividade em Portugal, as dotações para a imparidade do crédito (líquida de recuperações) cifraram-se em 106,0 milhões de euros nos primeiros seis meses de 2023, apresentando uma redução de 24,0% face aos 139,5 milhões de euros reconhecidos em igual período do anterior, refletindo uma melhoria no perfil de risco da carteira de crédito, beneficiando simultaneamente da recuperação de relevantes *non-performing exposures*.

Na atividade internacional, as dotações para a imparidade do crédito (líquidas de recuperações) totalizaram 39,6 milhões de euros no primeiro semestre de 2023, mantendo-se em linha com o montante reconhecido no semestre homólogo de 2022. De referir, no entanto, que esta evolução resulta do facto do maior nível de provisionamento requerido pela subsidiária polaca, ter sido mais do que compensado pela evolução da subsidiária em Moçambique que, no primeiro semestre de 2023, beneficiou da reversão de imparidades constituídas em períodos anteriores.

⁶ Na sequência da assinatura pelo Presidente da República da Polónia da Lei de 7 de julho de 2022 sobre *crowdfunding* para *business ventures* e assistência a mutuários, que introduziu, entre outros, o acesso a moratórias (*credit holidays*) de até oito meses em 2022-2023 para mutuários de créditos hipotecários denominados em zlótis.

A evolução das dotações para imparidade (líquida de recuperações), em termos consolidados, permitiu que o custo do risco do Grupo, líquido de recuperações, registasse uma melhoria significativa em relação aos 61 pontos base observados no primeiro semestre de 2022, fixando-se em 50 pontos base no primeiro semestre do ano corrente. O desempenho da atividade em Portugal foi decisivo para esta evolução, com o custo do risco (líquido de recuperações) a reduzir de 69 pontos base para 53 pontos base no mesmo período. Na atividade internacional, o custo do risco líquido de recuperações fixou-se em 44 pontos base no primeiro semestre de 2023, mantendo-se em linha com o primeiro semestre de 2022.

OUTRAS IMPARIDADES E PROVISÕES

As outras imparidades e provisões totalizaram 402,9 milhões de euros nos primeiros seis meses de 2023, situando-se 8,3% acima dos 371,9 milhões de euros registados no mesmo período de 2022. Nesta evolução importa salientar a provisão adicional constituída pela filial polaca, para fazer face ao risco legal associado aos créditos hipotecários em moeda estrangeira (350,0 milhões de euros no primeiro semestre de 2023 vs 218,8 milhões de euros no semestre homólogo do ano anterior), pese embora o seu impacto na evolução das outras imparidades e provisões tenha sido fortemente atenuado pela constituição, em junho de 2022, de imparidades para o *goodwill* da subsidiária polaca, no montante de 102,3 milhões de euros.

Na atividade em Portugal, as outras imparidades e provisões cifraram-se em 48,7 milhões de euros no primeiro semestre de 2023, situando-se 4,4% abaixo dos 51,0 milhões de euros reconhecidos no mesmo período do ano anterior. Esta evolução reflete a redução significativa da imparidade dos ativos não correntes detidos para venda, nomeadamente na carteira de imóveis recebidos por recuperação, pese embora o seu impacto tenha sido em grande parte absorvido pelo aumento da imparidade para outros ativos e das provisões para outros riscos e encargos, para garantias e outros compromissos e para contingências legais e fiscais.

Na atividade internacional, as outras imparidades e provisões ascenderam a 354,2 milhões de euros no primeiro semestre de 2023, 10,4% acima dos 320,9 milhões de euros apurados no período homólogo do ano anterior.

Esta evolução reflete, por um lado, o impacto estimado da decisão desfavorável do Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE) no que respeita aos créditos hipotecários em moeda estrangeira na subsidiária polaca e a inclusão de ajustes de conservadorismo na metodologia de cálculo das provisões, por forma a antecipar potenciais tendências negativas associadas a estes créditos, e por outro, a constituição, em junho de 2022, da imparidade referente à totalidade do *goodwill* associado à participação que o Grupo detém no Bank Millennium, que conforme referido anteriormente, influenciou significativamente essa evolução.

Adicionalmente, refira-se que o impacto das provisões extraordinárias, constituídas para fazer face ao risco legal associado aos créditos hipotecários em moeda estrangeira, foi mitigado pelo reconhecimento de proveitos, refletidos na rubrica de outros proveitos de exploração líquidos, correspondentes ao valor a receber de entidade terceira, na sequência das cláusulas de indemnização e garantias contratuais previstas no contrato de aquisição do Euro Bank S.A. (18,4 milhões de euros nos primeiros seis meses de 2023 e 20,7 milhões de euros no período homólogo de 2022).

IMPOSTOS

Os impostos (correntes e diferidos) sobre lucros ascenderam a 246,0 milhões de euros no primeiro semestre de 2023, montante que compara com 155,8 milhões de euros apurados no semestre homólogo do ano anterior.

Os impostos reconhecidos incluem, nos primeiros seis meses de 2023, impostos correntes de 126,5 milhões de euros (44,9 milhões de euros no primeiro semestre de 2022) e impostos diferidos no montante de 119,5 milhões de euros (110,8 milhões de euros no primeiro semestre de 2022).

Os gastos por impostos diferidos no primeiro semestre de 2023 decorrem sobretudo do resultado do período da atividade em Portugal, encontrando-se também influenciados por tributos sobre o setor bancário e provisões para processos relacionados com riscos legais, em ambos os casos não dedutíveis para efeitos fiscais.

Os gastos por impostos correntes no primeiro semestre de 2023 foram fortemente condicionados pela constituição de provisões relacionadas com riscos legais associados à carteira de créditos hipotecários concedidos em moeda estrangeira e pelos tributos sobre o setor bancário, em ambos os casos não dedutíveis para efeitos fiscais, ao nível da subsidiária polaca.

BALANÇO

ATIVO TOTAL

O ativo total do balanço consolidado do Millennium bcp ascendeu a 90.950 milhões de euros em 30 de junho de 2023, evidenciando um decréscimo de 5,3% face aos 96.022 milhões de euros apurados na mesma data do ano anterior, devido à redução de ativo na atividade em Portugal, pese embora o aumento observado na atividade internacional tenha compensado parcialmente aquela redução.

O desempenho da atividade em Portugal traduziu-se num decréscimo de 10,4% do ativo total, face aos 69.643 milhões de euros registados em 30 de junho de 2022, tendo-se fixado em 62.382 milhões de euros na mesma data do corrente ano. Esta evolução é, na sua maioria, explicada pelas reduções das disponibilidades em Bancos Centrais (associada principalmente ao reembolso antecipado do financiamento que havia sido contratado junto do Banco Central Europeu no âmbito das operações de refinanciamento de prazo alargado direcionadas, conhecidas pela sigla “TLTRO”) e, em menor extensão, pelas diminuições nos outros ativos, na carteira de crédito a clientes (líquida de imparidade), nos derivados de cobertura e nos ativos não correntes detidos para venda. No sentido inverso, verificaram-se aumentos nas disponibilidades em instituições de crédito e aplicações em instituições de crédito.

Na atividade internacional, o ativo total cifrou-se em 28.568 milhões de euros em 30 de junho de 2023, evidenciando um aumento de 8,3% face ao período homólogo (26.379 milhões de euros registados em 30 de junho de 2022). No que diz respeito à evolução das rubricas de balanço, registaram-se aumentos na carteira de títulos, nas disponibilidades em Bancos Centrais e em outros ativos, que foram parcialmente anulados pelas reduções das aplicações em instituições de crédito e das disponibilidades em instituições de crédito.

CARTEIRA DE CRÉDITO

A carteira de crédito (bruto) consolidada do Millennium bcp, tal como definida no glossário, ascendeu a 57.912 milhões de euros em 30 de junho de 2023, situando-se 1,3% abaixo dos 58.653 milhões de euros registados no final de junho do ano anterior, devido à redução verificada na atividade em Portugal.

Na atividade em Portugal, o crédito a clientes (crédito bruto) fixou-se em 39.883 milhões de euros em 30 de junho de 2023, situando-se 1,7% abaixo dos 40.577 milhões de euros apurados no final do primeiro semestre de 2022. A carteira de crédito concedido a empresas registou uma redução de 796 milhões de euros face ao final do primeiro semestre de 2022, num contexto de menor procura de crédito devido às taxas de juro mais elevadas, adiamentos e atrasos em projetos de investimento e, também, à redução de stock de NPE neste segmento. Em sentido contrário, o crédito a particulares demonstrou uma evolução positiva face ao período homólogo tanto no crédito hipotecário, como no pessoal (mais 63 milhões de euros e mais 38 milhões de euros, respetivamente).

Na atividade internacional, o crédito a clientes (crédito bruto) fixou-se em 18.029 milhões de euros em 30 de junho de 2023, ficando 0,3% abaixo dos 18.076 milhões de euros registados no final do primeiro semestre de 2022. A carteira de crédito a particulares evidenciou um ligeiro aumento de 41 milhões de euros face ao período homólogo. Esta evolução foi impulsionada pelo aumento do crédito pessoal registado nas subsidiárias polaca e em moçambicana, que foi parcialmente anulado pela redução no crédito hipotecário verificada em ambas as subsidiárias, sendo que os movimentos referidos foram de maior magnitude na subsidiária polaca. O crédito a empresas registou uma redução de 87 milhões de euros face ao período homólogo, devido ao efeito negativo da contração de crédito registada na subsidiária polaca, explicada em parte pela implementação do plano de otimização dos riscos ponderados e dos rácios de capital, que foi parcialmente compensado por um aumento do crédito a empresas na subsidiária em Moçambique.

Ainda no que diz respeito à atividade internacional, a carteira de crédito hipotecário em moeda estrangeira, registada na subsidiária polaca, que é maioritariamente denominada em francos suíços, continuou a evidenciar uma tendência de descida, passando de 1.812 milhões de euros em 30 de junho de 2022 para 1.052 milhões de euros em 30 de junho de 2023, representando 10,4% e 6,1% do montante total do crédito registado no balanço do Bank Millennium e 3,1% e 1,8% da carteira de crédito total consolidado, no final do primeiro semestre de 2022 e 2023, respetivamente. Caso seja

deduzida à referida carteira a parcela respeitante ao Euro Bank S.A. (cujo risco se encontra integralmente assegurado por uma entidade terceira, no âmbito das cláusulas previstas no contrato de aquisição daquela entidade), o montante da carteira de crédito hipotecário em moeda estrangeira desceu de 1.666 milhões de euros no final do primeiro semestre de 2022 para 948 milhões de euros no final do primeiro semestre de 2023, representando 9,6% e 5,5% do montante total do crédito registado no balanço do Bank Millennium e 2,8% e 1,6% da carteira de crédito total consolidado nas referidas datas, respetivamente.

CRÉDITO A CLIENTES (BRUTO)

	30 jun. 23	30 jun. 22	Milhões de euros Var. 23/22
PARTICULARES	34.355	34.213	0,4 %
Hipotecário	27.974	28.284	(1,1 %)
Pessoal	6.380	5.929	7,6 %
EMPRESAS	23.557	24.441	(3,6 %)
Serviços	8.404	8.462	(0,7 %)
Comércio	4.008	4.230	(5,3 %)
Construção	1.549	1.632	(5,1 %)
Outros	9.596	10.116	(5,1 %)
	57.912	58.653	(1,3 %)
do qual:			
Atividade em Portugal	39.883	40.577	(1,7 %)
Atividade internacional	18.029	18.076	(0,3) %

QUALIDADE DA CARTEIRA DE CRÉDITO

A qualidade da carteira de crédito continua a beneficiar do enfoque na seletividade e monitorização dos processos de controlo do risco de crédito e das iniciativas encetadas pelas áreas comerciais e pelas áreas de recuperação de crédito, no sentido de reduzir o valor do crédito em incumprimento ao longo dos últimos anos.

Desde que eclodiu o conflito Rússia/Ucrânia, o Banco tem vindo a efetuar um acompanhamento dos potenciais impactos no desempenho da carteira de crédito. Esta avaliação foi realizada, particularmente, em Portugal e na Polónia, sendo esta última uma geografia potencialmente mais exposta aos impactos deste evento, considerando que se trata de um país vizinho da Ucrânia. Tendo em consideração que não é possível perspetivar qual a evolução que o conflito conhecerá, é difícil determinar em toda a sua extensão as consequências económicas na atividade do Banco e nas perspetivas a curto/médio prazo, nomeadamente no que respeita aos efeitos dos impactos no sector energético, nas cadeias de distribuição de vários produtos e *commodities*, nas pressões inflacionistas e no nível de taxas de juro. No entanto, foram identificadas carteiras específicas como sendo potencialmente mais vulneráveis e para as quais foram postos em prática procedimentos de controlo mais apertados.

Apesar do contexto económico complexo, a qualidade do crédito continua a registar globalmente uma evolução favorável. No âmbito da estratégia de redução de NPE, foi registada, em termos consolidados, uma redução de 361 milhões de euros face ao final do primeiro semestre de 2022, fixando-se o montante total de NPE em 2.142 milhões de euros em 30 de junho de 2023. Na atividade em Portugal, o *stock* de NPE totalizava 1.262 milhões de euros no final do primeiro semestre de 2023, tendo sido registada uma redução de 373 milhões de euros no período referido.

O rácio de NPE⁷, em termos consolidados, diminuiu de 4,3% no final do primeiro semestre de 2022 para 3,7% em 30 de junho de 2023. Na atividade em Portugal, o rácio de NPE fixou-se em 3,2% no final do primeiro semestre de 2023, o que compara com 4,0% registados no período homólogo.

Quanto aos graus de cobertura por imparidades, a cobertura de NPL há mais de 90 dias, em termos consolidados, passou de 178,5% em 30 de junho de 2022 para 198,9% em 30 de junho de 2023. Adicionalmente, a cobertura de NPE por imparidade, em termos consolidados, aumentou de 64,5% em 30 de junho de 2022 para 73,6% no final do primeiro semestre de 2023 e, na atividade em Portugal, situou-se em 75,1% em 30 de junho de 2023, ficando num patamar acima dos 63,6% registados em 30 de junho de 2022.

O grau de cobertura da carteira de crédito hipotecário em moeda estrangeira na subsidiária polaca foi substancialmente reforçado de 36,3% em 30 de junho de 2022 para 64,7% em 30 de junho de 2023.

⁷ Rácio NPE é medido pela percentagem entre as *non performing exposures* dividida pela carteira de crédito total.

INDICADORES DE QUALIDADE DO CRÉDITO

	Grupo		Atividade em Portugal			
	30 jun. 23	30 jun. 22	Var. 23/22	30 jun. 23	30 jun. 22	Var. 23/22
STOCK (M€)						
Crédito a clientes (bruto)	57.912	58.653	(1,3 %)	39.883	40.577	(1,7 %)
Crédito vencido > 90 dias	545	618	(11,9 %)	214	287	(25,2 %)
Crédito vencido	651	753	(13,5 %)	231	307	(24,8 %)
Crédito reestruturado	1.881	2.109	(10,8 %)	1.314	1.616	(18,7 %)
NPL > 90 dias	792	904	(12,4 %)	382	491	(22,2 %)
NPE	2.142	2.502	(14,4 %)	1.262	1.635	(22,8 %)
Imparidade do crédito (balanço)	1.576	1.615	(2,4 %)	947	1.040	(8,9 %)
Imparidade NPE (balanço)	1.053	1.185	(11,1 %)	603	738	(18,2 %)
RÁCIOS EM PERCENTAGEM DO CRÉDITO A CLIENTES						
Crédito vencido > 90 dias / Crédito a clientes (bruto)	0,9 %	1,1 %		0,5 %	0,7 %	
Crédito vencido / Crédito a clientes (bruto)	1,1 %	1,3 %		0,6 %	0,8 %	
Crédito reestruturado / Crédito a clientes (bruto)	3,2 %	3,6 %		3,3 %	4,0 %	
NPL > 90 dias / Crédito a clientes (bruto)	1,4 %	1,5 %		1,0 %	1,2 %	
NPE / Crédito a clientes (bruto)	3,7 %	4,3 %		3,2 %	4,0 %	
Rácio NPE - EBA (inclui títulos e extra-patrimoniais)	2,5 %	2,8 %		2,3 %	2,7 %	
GRAU DE COBERTURA POR IMPARIDADES						
Cobertura do Crédito vencido > 90 dias	289,3 %	261,1 %		441,9 %	362,8 %	
Cobertura do Crédito vencido	242,2 %	214,5 %		409,9 %	338,5 %	
Cobertura de NPL > 90 dias	198,9 %	178,5 %		247,7 %	211,8 %	
Cobertura de NPE	73,6 %	64,5 %		75,1 %	63,6 %	
Cobertura específica de NPE	49,2 %	47,3 %		47,8 %	45,1 %	

Nota: os NPE incluem apenas exposições do agregado crédito a clientes, tal como definido no glossário.

RECURSOS TOTAIS

Os recursos totais de clientes evoluíram favoravelmente, apresentando um crescimento de 1,5% face aos 91.070 milhões de euros apurados em 30 de junho de 2022, fixando-se em 92.453 milhões de euros no final do primeiro semestre do ano corrente, beneficiando do aumento registado na atividade internacional, apesar da redução verificada na atividade em Portugal. Neste período, observou-se um aumento dos recursos de balanço e uma redução dos recursos fora de balanço.

Os recursos de balanço aumentaram de 74.546 milhões de euros em 30 de junho de 2022 para 76.733 milhões de euros em 30 de junho de 2023, devido sobretudo à expansão dos depósitos e outros recursos de clientes, que em termos consolidados registaram um aumento de 2.165 milhões de euros face ao período homólogo devido ao desempenho observado na atividade internacional, uma vez que na atividade em Portugal permaneceram praticamente estáveis face ao período homólogo.

Os recursos fora de balanço apresentaram uma evolução negativa face ao ano anterior, apresentando uma redução de 804 milhões de euros, fixando-se em 15.720 milhões de euros no final do primeiro semestre de 2023, devido essencialmente à quebra registada na atividade em Portugal, em parte compensada pelo aumento verificado na atividade internacional.

Na atividade em Portugal, os recursos totais cifraram-se em 66.043 milhões de euros em 30 de junho de 2023, apresentando uma redução de 1,4% face aos 66.971 milhões de euros registados no final de junho do ano anterior. Esta evolução é explicada pela redução de 991 milhões de euros nos recursos fora de balanço (diminuição observada em todos os segmentos, sendo a quebra registada nos seguros de poupança e investimento a mais significativa), que foi

parcialmente compensada pelos aumentos nos depósitos e outros recursos de clientes e nos débitos para com clientes titulados (42 milhões de euros e 22 milhões de euros, respetivamente).

Na atividade internacional, os recursos totais de clientes situaram-se em 26.409 milhões de euros em 30 de junho de 2023, apresentando um aumento de 9,6% em relação aos 24.100 milhões de euros apurados na mesma data de 2022, refletindo principalmente o contributo positivo da subsidiária polaca, parcialmente anulado pelo decréscimo registado na subsidiária em Moçambique.

Os recursos de balanço na atividade internacional fixaram-se em 24.778 milhões de euros em 30 de junho de 2023, 9,4% acima dos 22.655 milhões de euros registados no final de junho de ano anterior, sendo esta evolução explicada pelo aumento dos depósitos e outros recursos de clientes na subsidiária polaca. Inversamente, na subsidiária em Moçambique foi registada uma redução dos depósitos e outros recursos de clientes.

Os recursos fora de balanço na atividade internacional registaram um aumento (mais 187 milhões de euros face a 30 de junho de 2022), tendo-se fixado em 1.632 milhões de euros no final do primeiro semestre do ano de 2023. Em termos de segmentos, verificaram-se aumentos dos ativos sob gestão e ativos distribuídos e uma diminuição nos seguros de poupança e investimento.

Em 30 de junho de 2023, os recursos de clientes de balanço e os depósitos e outros recursos de clientes, em termos consolidados, representavam 83,0% e 81,5% dos recursos totais de clientes (81,9% e 80,4% respetivamente em 30 de junho de 2022).

O rácio de transformação, no âmbito da definição estabelecida pela instrução do Banco de Portugal nº 16/2004, situou-se em 74,8% em 30 de junho de 2023, sendo que o mesmo indicador, considerando os recursos de clientes de balanço, fixou-se em 73,4%. Ambos os rácios apresentam valores abaixo dos obtidos na mesma data do ano anterior, 77,9% e 76,5%, respetivamente.

RECURSOS TOTAIS DE CLIENTES

	Milhões de euros		
	30 jun. 23	30 jun. 22	Var. 23/22
RECURSOS DE CLIENTES DE BALANÇO	76.733	74.546	2,9 %
Depósitos e outros recursos de clientes	75.355	73.190	3,0 %
Débitos para com clientes titulados	1.378	1.356	1,6 %
RECURSOS DE CLIENTES FORA DE BALANÇO	15.720	16.524	(4,9 %)
Ativos sob gestão	5.366	5.173	3,7 %
Ativos distribuídos	5.415	5.458	(0,8 %)
Seguros de poupança e investimento	4.939	5.893	(16,2 %)
	92.453	91.070	1,5 %
dos quais:			
Atividade em Portugal	66.043	66.971	(1,4 %)
Atividade internacional	26.409	24.100	9,6 %

CARTEIRA DE TÍTULOS

A carteira de títulos do Grupo, tal como definida no glossário, cifrou-se em 23.363 milhões de euros em 30 de junho de 2023, evidenciando um aumento de 2.230 milhões de euros em relação aos 21.133 milhões de euros registados na mesma data do ano anterior, passando a representar 25,7% do ativo total no final do primeiro semestre de 2023 (22,0% no final do primeiro semestre de 2022).

A carteira afeta à atividade em Portugal passou de 15.877 milhões de euros em 30 de junho de 2022 para 16.028 milhões de euros no primeiro semestre de 2023, sendo este aumento impulsionado pelo reforço da dívida pública da zona euro, nomeadamente da dívida pública francesa e espanhola, apesar de se ter verificado um menor nível de investimento em dívida pública portuguesa.

A carteira de títulos afeta à atividade internacional foi reforçada de 5.256 milhões de euros no final do primeiro semestre de 2022, para 7.335 milhões de euros em 30 de junho de 2023. Relativamente ao investimento em dívida pública, verificou-se um aumento face aos níveis registados no ano anterior, devido ao reforço da dívida pública moçambicana e de outros países, apesar do menor investimento na dívida pública polaca.

GESTÃO DE LIQUIDEZ

Ao longo dos últimos doze meses, as três operações do Grupo mantiveram posições de liquidez robustas, alicerçadas sobretudo em bases de depósitos de retalho dotadas de elevada estabilidade e resiliência. Estas características foram uma vez mais demonstradas pela imunidade dos depósitos à sequência de eventos de liquidez que afetaram os bancos nos EUA e na Europa ao longo do primeiro semestre de 2023.

Em Portugal, e apesar da expressiva migração de depósitos que se iniciou no primeiro trimestre de 2023 para produtos de poupança não bancários, os recursos de balanço do BCP apresentam ainda assim uma evolução positiva nos últimos doze meses, em razão do forte crescimento observado ao longo do segundo semestre de 2022. Esta evolução correspondeu a um aumento da quota de mercado do BCP em recursos de clientes de balanço, tendência prosseguida pelo menos até final do primeiro trimestre de 2023.

No que respeita a financiamento em mercado, a atividade do BCP entre junho de 2022 e junho de 2023 voltou a justificar-se sobretudo por motivos de conformidade regulatória, dada a posição excedentária de liquidez do Banco. Por ordem cronológica, o Banco emitiu em outubro dívida preferencial sénior, num formato "3NC2" (emissão a três anos reembolsável antecipadamente ao segundo ano), no montante de 350 milhões de euros, com vista a assegurar o cumprimento do "MREL" (*Minimum Requirements for Own Funds and Eligible Liabilities*). Esta emissão, com cupão de 8,50% ao ano, foi realizada apesar das condições adversas de mercado. Finalmente, em novembro, não tendo o Banco decidido exercer (em dezembro), a opção de reembolso antecipado de uma emissão subordinada de 300 milhões de euros, lançou uma oferta de troca no rácio de 1:1 para novas obrigações com cupão mais elevado e prazo mais longo. O montante da nova emissão foi fixado em 133,7 milhões de euros e cupão de 8,75% ao ano, correspondendo a um *spread* de 605,1 pontos base sobre *mid-swaps*.

Ainda em Portugal, e ao longo do período em análise, a liquidez acumulada na conta do Banco de Portugal em 2022 pela redução do *gap* comercial e pelo cumprimento do plano de emissões do MREL foi aplicada, por ordem de materialidade, no reembolso integral antecipado da Operação de refinanciamento de prazo alargado direcionada III (ORPA III, "T LTRO III" na abreviatura inglesa, no valor bruto de 8,15 mil milhões de euros) e no reforço das contas margem de derivados, cujas necessidades de provisionamento cresceram muito significativamente após o início da crise na Ucrânia e até final de 2022, iniciando então um processo de redução gradual ao longo do primeiro semestre de 2023.

O *buffer* de liquidez disponível para desconto no BCE situou-se em 30 de junho de 2023 em 25,2 mil milhões de euros, 2,0 mil milhões de euros acima do verificado um ano antes, para o que contribuíram a evolução favorável do *gap* comercial e o *cash flow* gerado pela atividade, que compensaram as evoluções em sentido contrário do reforço das contas margem de derivados e da reversão dos *haircuts* aplicáveis aos ativos elegíveis para os valores em vigor antes das medidas extraordinárias aplicadas na sequência da pandemia associada à COVID-19. O *buffer* de liquidez compreende àquela data uma posição longa de 855 milhões de euros sobre o BCE, que evoluiu de uma posição curta de 2,1 mil milhões de euros um ano antes.

De igual modo, em 30 de junho de 2023, o Bank Millennium e o Millennium bim detêm posições de liquidez resilientes, suportadas em *buffers* robustos descontáveis nos respetivos bancos centrais, com todos os indicadores regulatórios e internos de risco de liquidez confortavelmente acima dos limites definidos.

O rácio regulamentar de cobertura de liquidez (LCR: *Liquidity Coverage Ratio*) atingiu 214%, em base consolidada, no final de junho de 2023 (em comparação com 261% em 30 de junho de 2022), representando um excedente de 10 mil milhões de euros (em comparação com 14 mil milhões de euros em 30 de junho de 2022) muito acima do requisito mínimo regulamentar de 100%. Essa margem é suportada por carteiras de ativos altamente líquidos, cujo valor é compatível com uma gestão prudente da liquidez de curto prazo por parte do Grupo.

O Grupo reforçou a sua base de financiamento estável, caracterizada pelo elevado peso dos depósitos de clientes na estrutura de *funding*, por financiamento colateralizado e por instrumentos de médio e longo prazo, que permitiu que o rácio de financiamento estável (Artigo 428 do Regulamento (EU) 2019/876) apurado em 30 de junho de 2023 se fixasse em 155% (153% em 30 de junho de 2022).

Em 30 de junho de 2023, o Grupo apresenta um perfil de liquidez estruturalmente confortável, com um rácio de transformação do crédito sobre depósitos de 75% (calculado conforme a Instrução do Banco de Portugal n.º 16/2004) sendo que esse rácio havia sido de 78% em 30 de junho de 2022.

CAPITAL

O rácio CET1 estimado em 30 de junho de 2023 fixou-se em 14,0% em *phased-in* e em *fully implemented*, refletindo uma variação de +249 e de +268 pontos base, respetivamente, face aos rácios de 11,5% e 11,3% reportados em termos *phased-in* e *fully implemented* no mesmo período de 2022, confortavelmente acima dos rácios mínimos regulamentares definidos no âmbito do SREP (*Supervisory Review and Evaluation Process*) para o ano de 2023 (CET1 9,41%, T1 11,38% e Total 14,00%) e em linha com os objetivos de solvabilidade de médio prazo.

A evolução dos rácios de capital no período continuou a ser condicionada significativamente pelos impactos no Bank Millennium, relacionados com o aumento do provisionamento para riscos legais associados a créditos em moeda estrangeira e com o regime de moratórias sobre crédito hipotecário adotado na Polónia. Estes efeitos foram, no entanto, mais do que compensados pelo bom desempenho da atividade recorrente em Portugal e pela gestão criteriosa de capital, incluindo a aprovação, por parte da autoridade de supervisão, do pedido de aplicação do artigo 352 (2) da CRR para exclusão do cálculo dos ativos ponderados para risco de mercado de determinadas posições cambiais estruturais, mantidas com o objetivo de imunizar os rácios regulamentares face a variações de taxas de câmbio.

RÁCIOS DE SOLVABILIDADE

	Milhões de euros	
	30 jun. 23	30 jun. 22
FULLY IMPLEMENTED		
Fundos próprios		
Common Equity Tier 1 (CET1)	5.855	5.221
Tier 1	6.353	5.728
Fundos próprios totais	7.670	7.060
Riscos ponderados	41.815	46.131
Rácios de solvabilidade		
CET1	14,0 %	11,3 %
Tier 1	15,2 %	12,4 %
Total	18,3 %	15,3 %
PHASED-IN		
CET1	14,0 %	11,5 %

Nota: Os rácios de junho de 2023 são estimados, incluindo os resultados líquidos positivos acumulados.

ACONTECIMENTOS SIGNIFICATIVOS NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2023

Durante o primeiro semestre de 2023 e sob um contexto macroeconómico desafiante, o Banco manteve o foco no apoio às famílias e às empresas.

O Banco Comercial Português, S.A. realizou a Assembleia Geral Anual de Acionistas, em 24 de maio, por meios telemáticos e simultaneamente nas instalações do Banco, com a participação de Acionistas detentores de 64,29% do respetivo capital social, sendo de destacar as seguintes deliberações:

- Aprovação do Relatório de Gestão, o balanço e as contas individuais e consolidadas, relativos ao exercício de 2022, o Relatório do Governo Societário, que inclui capítulo sobre a remuneração dos órgãos de administração e fiscalização, e o Relatório de Sustentabilidade, e aprovação da proposta de aplicação de resultados para o exercício de 2022;
- Aprovação da atualização da política de remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização e a revogação do regulamento de reforma dos Administradores Executivos;
- Aprovação da atualização da política de seleção e designação do Revisor Oficial de Contas ou Sociedade de Revisores Oficiais de Contas e de contratação de serviços distintos de auditoria não proibidos, nos termos da legislação em vigor.

A S&P Global Ratings, a DBRS e a Moody's reviram o *Outlook* para Positivo em 17 de abril, 24 de maio e 26 de maio, respetivamente.

A Fitch Ratings em 17 de março elevou o *rating* dos depósitos de longo prazo do BCP para 'BBB-' e o *Issuer Default Rating* de longo prazo para 'BB+', com *Outlook* estável. O *upgrade* dos *ratings* do BCP reflete, principalmente, a melhoria da qualidade dos ativos do banco, a melhoria dos níveis de capital e a resiliência da rendibilidade antes de imparidades, resultado de uma franquia líder em Portugal e de uma sólida eficiência operacional.

O Bank Millennium S.A. em 13 de fevereiro assinou o acordo para a venda de 80% das ações da Millennium Financial Services sp. z o.o. e celebrou também determinados acordos relativos ao modelo de distribuição exclusiva de seguros, incluindo um acordo de cooperação, acordos de distribuição e de agenciamento. Em 29 de março de 2023, o Bank Millennium S.A. informou que concluiu a transação, resultando no reconhecimento do correspondente resultado financeiro extraordinário positivo, no primeiro trimestre de 2023, de 597 milhões de zlótis antes de impostos (127 milhões de euros).

RECONHECIMENTO EXTERNO

- Millennium bcp e Activobank foram eleitos “Escolha do Consumidor” em 2023 nas categorias de “Grandes Bancos” e “Banco Digital”. O Millennium bcp foi distinguido pelo terceiro ano consecutivo enquanto o Activobank acumula cinco anos na liderança.
- Millennium bcp foi distinguido com o Prémio Cinco Estrelas 2023 na categoria de Grandes Bancos.
- Millennium bcp é líder no Programa Inovadora COTEC pelo terceiro ano consecutivo, com 54% de quota de mercado.
- Millennium bcp integrou pelo quarto ano o Bloomberg Gender-Equality Index, mantendo-se no grupo restrito das empresas que, a nível mundial, se têm destacado na implementação de políticas e práticas de igualdade de género, diversidade e inclusão.
- Millennium bcp foi distinguido na 12ª edição dos Euronext Lisbon Awards na categoria de *Local Market Member in Equity*.
- Millennium bcp distinguido como “Best Investment Bank” em Portugal pela Global Finance.

- Millennium bcp distinguido como “Best Private Bank for Self-Directed Investments” na Europa pela revista Professional Wealth Management, uma publicação do Grupo Financial Times, no âmbito dos PWM Wealth Tech Awards 2023.
- Millennium bcp venceu o prémio APCC Contact Centers 2023 na categoria de melhor *Contact Center* de Banca em Portugal.
- Activobank foi eleito pelo segundo ano consecutivo “Powerful Brand” na categoria de *online banking*.
- App Millennium foi distinguida com os prémios “Produto do Ano” e “Prémio Cinco Estrelas”, na categoria de “Apps Bancárias”, distinções atribuídas pela Five Star Consulting Portugal e Consumer Choice.
- Bank Millennium foi distinguido como “Melhor Banco na Polónia” em 2023 pela Global Finance.
- Bank Millennium conquistou a segunda posição no ranking “Melhores Empregadores da Polónia 2023”, na categoria Bancos e Serviços Financeiros, da Forbes em colaboração com a empresa Statista.
- Bank Millennium foi distinguido com o título Golden Bank 2023 pela melhor qualidade de serviço multicanal no ranking Golden Banker 2023. Este ranking, o maior do setor bancário na Polónia, tem como objetivo identificar as instituições bancárias que oferecem os mais elevados padrões de qualidade de serviço, disponibilizam os melhores produtos e realizam atividades que se destacam da concorrência.
- Bank Millennium distinguido com CSR Golden Leaf atribuído pela Polityka Weekly pelas suas atividades consistentemente sustentáveis e sucessos mensuráveis na limitação do consumo de recursos.
- Millennium bim foi distinguido como “Melhor Banco na Moçambique” em 2023 pela Global Finance.
- Millennium bim foi distinguido como “Melhor Banco de Private Banking” em Moçambique pelo quarto ano consecutivo.

EVENTOS SUBSEQUENTES

- Millennium bcp considerado um líder climático na Europa pelo Financial Times e a Statista. O Banco integra pelo terceiro ano consecutivo o ranking “Europe’s Climate Leaders 2023” elaborado pelas duas instituições.

ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

Na primeira metade do ano, a atividade económica na China e na área do euro apresentou importantes sinais de abrandamento, enquanto a economia norte-americana revelou maior resiliência. Neste quadro de menor dinamismo da procura agregada global, a taxa de inflação reduziu-se de forma muito significativa nos últimos meses, após os elevados valores registados no final de 2022, diminuindo em junho para 5,5% na área do euro e para 3,0% nos EUA. No conjunto do ano, o Fundo Monetário Internacional (FMI) prevê que a economia mundial cresça 3,0%, o que corresponde a um nível de expansão historicamente baixo, decorrente da restritividade da política monetária global e das tensões no plano geopolítico. A esta previsão está associado um importante conjunto de riscos descendentes, relacionados com a possibilidade de agravamento dos fatores supramencionados.

No que respeita aos mercados financeiros, no segundo trimestre o desempenho foi positivo, caracterizado por uma diminuição da volatilidade, em virtude da dissipação dos receios em torno da turbulência no setor bancário norte-americano observada no início de março. Neste sentido, os principais índices acionistas das economias desenvolvidas registaram valorizações, que foram particularmente significativas no segmento tecnológico. Nos mercados de dívida pública, as yields das obrigações governamentais alemãs continuaram a subir, mediante as perspetivas de subidas adicionais da taxa de juro de referência do Banco Central Europeu, que aumentou 50 pontos base entre abril e junho, situando-se atualmente em 4,00%. Neste contexto, as taxas de juro Euribor prosseguiram a sua tendência ascendente nos vários prazos, destacando-se a subida das taxas a doze meses para valores acima dos 4%. Por sua vez, os prémios de risco soberano de Itália e Portugal reduziram-se, enquanto os de Espanha se mantiveram estáveis. Nos Estados Unidos, apesar da expectativa de proximidade do fim de ciclo de subida de taxas de juro por parte da Reserva Federal,

após o incremento em maio para 5,25%, as *yields* das obrigações do tesouro aumentaram igualmente, suportadas pela resiliência que a economia norte-americana tem vindo a exibir. No plano cambial, de salientar a relativa estabilidade do euro em relação ao dólar, cotando em torno dos 1,09.

Após a forte expansão da economia portuguesa no primeiro trimestre (1,6%, em relação ao trimestre anterior), o Banco de Portugal antevê que no cômputo do ano o PIB nacional registe uma taxa de crescimento de 2,7%, beneficiando da evolução favorável das exportações associadas aos serviços de turismo e do dinamismo do investimento, impulsionado pelos projetos do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). No entanto, esta previsão está sujeita a importantes riscos descendentes relacionados sobretudo com o aumento dos custos de financiamento e o abrandamento da procura externa, dada a elevada restritividade da política monetária global. No que respeita aos preços, a taxa de inflação manteve a sua trajetória descendente durante o segundo trimestre, situando-se em 4,7% em junho. No conjunto do ano, o Banco de Portugal prevê que a taxa de inflação se situe em 5,2%.

Na Polónia, a economia registou uma contração de 0,3%, em termos homólogos, no primeiro trimestre de 2023, refletindo uma forte debilidade da procura interna, sobretudo do consumo privado, cujo impacto negativo sobre o PIB foi, contudo, atenuado pelo contributo positivo das exportações líquidas. Neste sentido, a Comissão Europeia projeta um crescimento do PIB de 0,7% em 2023. A persistência de elevadas pressões inflacionistas, com a inflação média próxima de 16% na primeira metade do ano, motivou a manutenção de uma política monetária restritiva por parte do banco central, cuja taxa de referência se manteve inalterada em 6,75% em junho de 2023, pelo décimo mês consecutivo. Não obstante o quadro de maior incerteza quanto à evolução da atividade económica, o zlóti apreciou-se durante o segundo trimestre.

Em Moçambique, o PIB cresceu 4,2% no primeiro trimestre, impulsionado pelo dinamismo da indústria extrativa, que deverá continuar a suportar a atividade económica no médio prazo, a par com uma melhoria da procura doméstica. Não obstante a descida da inflação para 9,6% em maio, a incerteza quanto à evolução dos preços determinou um novo aumento dos coeficientes de reservas obrigatórias por parte do banco central de Moçambique, mantendo-se a taxa de referência inalterada em 17,25%. Neste contexto, o metical manteve-se estável.

Em Angola, o PIB deverá ter desacelerado nos primeiros meses do ano, penalizado pela contração da atividade do setor petrolífero, devido à diminuição do preço do petróleo. Neste entorno, tem-se vindo a observar uma forte depreciação do kwanza.

INDICADORES CONSOLIDADOS, ATIVIDADE EM PORTUGAL E ATIVIDADE INTERNACIONAL

	Milhões de euros								
	Grupo		Atividade em Portugal			Atividade internacional			
	jun. 23	jun. 22 (reexpresso)	Var. 23/22	jun. 23	jun. 22 (reexpresso)	Var. 23/22	jun. 23	jun. 22	Var. 23/22
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS									
Margem financeira	1.374,4	985,2	39,5 %	707,5	430,5	64,3 %	666,8	554,7	20,2 %
Rendimentos de instrumentos de capital	1,2	12,9	(90,9 %)	0,5	12,2	(95,9 %)	0,7	0,7	2,3 %
Resultado de serviços e comissões	387,0	387,6	(0,1 %)	280,2	277,2	1,1 %	106,8	110,4	(3,2 %)
Resultados em operações financeiras	124,5	42,2	194,8 %	2,7	59,8	(95,4 %)	121,8	-17,6	>200%
Outros proveitos de exploração líquidos	-72,2	-175,3	58,8 %	-66,8	-72,0	7,2 %	-5,3	-103,3	94,8 %
Resultados por equivalência patrimonial	29,4	20,5	43,8 %	27,7	21,8	27,4 %	1,7	-1,3	>200%
Produto bancário	1.844,3	1.273,0	44,9 %	951,9	729,5	30,5 %	892,4	543,5	64,2 %
Custos com o pessoal	308,0	284,2	8,4 %	175,7	165,7	6,0 %	132,3	118,5	11,7 %
Outros gastos administrativos	184,9	162,6	13,7 %	94,3	88,4	6,7 %	90,7	74,2	22,2 %
Amortizações do exercício	68,6	69,5	(1,2 %)	36,8	39,8	(7,4 %)	31,8	29,7	7,0 %
Custos operacionais	561,5	516,2	8,8 %	306,8	293,8	4,4 %	254,7	222,4	14,5 %
Custos operacionais excluindo itens específicos	549,9	510,5	7,7 %	295,1	288,2	2,4 %	254,7	222,4	14,5 %
Resultados antes de imparidades e provisões	1.282,8	756,8	69,5 %	645,1	435,7	48,1 %	637,7	321,1	98,6 %
Resultados de modificações	-11,6	-1,9	<-200%	0,0	0,0	- %	-11,6	-1,9	<-200%
Imparidade do crédito (liq. de recuperações)	145,5	179,4	(18,9 %)	106,0	139,5	(24,0 %)	39,6	40,0	(0,9 %)
Outras imparidades e provisões	402,9	371,9	8,3 %	48,7	51,0	(4,4 %)	354,2	320,9	10,4 %
Resultado antes de impostos	722,7	203,5	>200%	490,4	245,2	100,0 %	232,4	-41,7	>200%
Impostos	246,0	155,8	57,9 %	136,8	83,2	64,4 %	109,2	72,6	50,6 %
Correntes	126,5	44,9	181,5 %	8,5	14,2	(40,1 %)	118,0	30,8	>200%
Diferidos	119,5	110,8	7,8 %	128,3	69,0	85,8 %	-8,7	41,8	(120,9 %)
Resultado após impostos de operações em continuação	476,7	47,7	>200%	353,6	162,0	118,3 %	123,1	-114,3	>200%
Resultados de operações descontinuadas ou em descontinuação	0,0	1,5	(100,6 %)	0,0	0,0	- %	0,0	1,5	(100,0 %)
Interesses que não controlam	53,5	-13,0	>200%	-0,1	-0,2	48,5 %	53,6	-12,8	>200%
Resultado líquido	423,2	62,2	>200%	353,7	162,2	118,1 %	69,5	-100,0	169,5 %
INDICADORES DE BALANÇO E DE ATIVIDADE									
Ativo total	90.950	96.022	(5,3 %)	62.382	69.643	(10,4 %)	28.568	26.379	8,3 %
Recursos totais de clientes	92.453	91.070	1,5 %	66.043	66.971	(1,4 %)	26.409	24.100	9,6 %
Recursos de clientes de balanço	76.733	74.546	2,9 %	51.955	51.892	0,1 %	24.778	22.655	9,4 %
Depósitos e outros recursos de clientes	75.355	73.190	3,0 %	50.577	50.536	0,1 %	24.778	22.655	9,4 %
Débitos para com clientes titulados	1.378	1.356	1,6 %	1.378	1.356	1,6 %	0	0	- %
Recursos de clientes fora de balanço	15.720	16.524	(4,9 %)	14.088	15.079	(6,6 %)	1.632	1.445	12,9 %
Ativos sob gestão	5.366	5.173	3,7 %	4.332	4.353	(0,5 %)	1.033	820	26,0 %
Ativos distribuídos	5.415	5.458	(0,8 %)	5.080	5.136	(1,1 %)	334	322	3,9 %
Seguros de poupança e de investimento	4.939	5.893	(16,2 %)	4.675	5.590	(16,4 %)	264	303	(12,8 %)
Crédito a clientes (bruto)	57.912	58.653	(1,3 %)	39.883	40.577	(1,7 %)	18.029	18.076	(0,3 %)
Particulares	34.355	34.213	0,4 %	21.065	20.963	0,5 %	13.290	13.249	0,3 %
Hipotecário	27.974	28.284	(1,1 %)	18.861	18.798	0,3 %	9.114	9.486	(3,9 %)
Pessoal	6.380	5.929	7,6 %	2.204	2.166	1,8 %	4.176	3.763	11,0 %
Empresas	23.557	24.441	(3,6 %)	18.818	19.614	(4,1 %)	4.740	4.827	(1,8 %)
QUALIDADE DO CRÉDITO									
Crédito vencido total	651	753	(13,5 %)	231	307	(24,8 %)	420	445	(5,7 %)
Crédito vencido há mais de 90 dias	545	618	(11,9 %)	214	287	(25,2 %)	331	332	(0,3 %)
Crédito vencido há mais de 90 dias / Crédito a clientes	0,9 %	1,1 %		0,5 %	0,7 %		1,8 %	1,8 %	
Imparidade do crédito (balanço)	1.576	1.615	(2,4 %)	947	1.040	(8,9 %)	629	574	9,6 %
Imparidade do crédito (balanço) / Crédito a clientes	2,7 %	2,8 %		2,4 %	2,6 %		3,5 %	3,2 %	
Imparidade do crédito (balanço) / Crédito vencido há mais de 90 dias	289,3 %	261,1 %		441,9 %	362,8 %		190,3 %	173,1 %	
Stock de Non-Performing Exposures (NPE)	2.142	2.502	(14,4 %)	1.262	1.635	(22,8 %)	880	867	1,5 %
NPE / Crédito a clientes	3,7 %	4,3 %		3,2 %	4,0 %		4,9 %	4,8 %	
Imparidade do crédito (balanço) / NPE	73,6 %	64,5 %		75,1 %	63,6 %		71,5 %	66,2 %	
Crédito reestruturado	1.881	2.109	(10,8 %)	1.314	1.616	(18,7 %)	567	493	15,0 %
Crédito reestruturado / Crédito a clientes	3,2 %	3,6 %		3,3 %	4,0 %		3,1 %	2,7 %	
Custo do risco (liq. recuperações, em p.b.)	50	61		53	69		44	44	

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS
PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 2022

	30 junho 2023	30 junho 2022 (reexpresso)
Juros e proveitos equiparados	2.038.806	1.141.684
Juros e custos equiparados	-664.446	-156.526
MARGEM FINANCEIRA	1.374.360	985.158
Rendimentos de instrumentos de capital	1.175	12.873
Resultados de serviços e comissões	387.048	387.583
Resultados em operações financeiras ao justo valor através de resultados	5.928	6.810
Ganhos / (perdas) cambiais	10.644	14.811
Resultados de contabilidade de cobertura	823	-3.673
Ganhos / (perdas) com o desconhecimento de ativos e passivos financeiros não contabilizados pelo justo valor através dos resultados	107.086	24.276
Ganhos / (perdas) com o desconhecimento de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	0	0
Outros proveitos / (custos) de exploração	-85.507	-189.326
TOTAL DE PROVEITOS OPERACIONAIS	1.801.557	1.238.512
Custos com o pessoal	307.971	284.152
Outros gastos administrativos	184.917	162.569
Amortizações	68.613	69.475
TOTAL DE CUSTOS OPERACIONAIS	561.501	516.196
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DE PROVISÕES E IMPARIDADES	1.240.056	722.316
Resultados de modificações	-11.597	0
Imparidade de ativos financeiros ao custo amortizado	-146.359	-183.203
Imparidade de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	114	1.366
Imparidade de outros ativos	-14.093	-125.129
Outras provisões	-388.125	-244.410
RESULTADO OPERACIONAL	679.996	170.940
Resultados por equivalência patrimonial	29.422	20.464
Resultados de alienação de subsidiárias e outros ativos	13.322	12.100
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	722.740	203.504
Impostos		
Correntes	-126.474	-44.930
Diferidos	-119.525	-110.836
RESULTADO APÓS IMPOSTOS DE OPERAÇÕES EM CONTINUAÇÃO	476.741	47.738
Resultado de operações descontinuadas ou em descontinuação	-9	1.479
RESULTADO APÓS IMPOSTOS	476.732	49.217
Resultado líquido do período atribuível a:		
Acionistas do Banco	423.249	62.184
Interesses que não controlam	53.483	-12.967
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	476.732	49.217
Resultado por ação (em euros)		
Básico	0,054	0,006
Diluído	0,054	0,006

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 2022 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

	30 junho 2023	31 dezembro 2022 (reexpresso)	30 junho 2022 (reexpresso)
(Milhares de euros)			
ATIVO			
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	3.884.338	6.022.001	7.930.297
Disponibilidades em outras instituições de crédito	238.861	213.460	329.648
Ativos financeiros ao custo amortizado			
Aplicações em instituições de crédito	570.552	963.434	875.317
Crédito a clientes	54.396.653	54.675.793	55.187.231
Títulos de dívida	16.247.089	13.035.582	12.102.018
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados			
Ativos financeiros detidos para negociação	1.482.890	766.597	1.758.419
Ativos financeiros não detidos para negociação			
obrigatoriamente ao justo valor através de resultados	505.064	552.679	932.227
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	7.452.868	7.461.553	8.644.875
Derivados de cobertura	45.593	59.703	531.459
Investimentos em associadas	313.017	314.919	392.097
Ativos não correntes detidos para venda	155.001	499.035	630.736
Propriedades de investimento	14.825	15.217	2.869
Outros ativos tangíveis	604.389	574.697	586.244
Goodwill e ativos intangíveis	188.170	182.687	151.835
Ativos por impostos correntes	12.818	17.945	13.822
Ativos por impostos diferidos	2.849.544	2.938.986	2.845.515
Outros ativos	1.966.454	1.582.455	3.107.464
TOTAL DO ATIVO	90.950.094	89.876.743	96.022.073
PASSIVO			
Passivos financeiros ao custo amortizado			
Recursos de instituições de crédito	2.094.824	1.468.360	8.996.119
Recursos de clientes e outros empréstimos	73.680.329	75.430.143	73.190.262
Títulos de dívida não subordinada emitidos	1.486.507	1.482.086	1.114.595
Passivos subordinados	1.349.805	1.333.056	1.350.165
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados			
Passivos financeiros detidos para negociação	274.804	241.506	192.880
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	3.052.680	1.817.678	1.343.985
Derivados de cobertura	103.393	178.000	1.677.170
Provisões	636.276	561.786	503.232
Passivos por impostos correntes	162.592	23.680	8.746
Passivos por impostos diferidos	8.746	11.708	9.232
Outros passivos	1.523.167	1.391.973	1.396.035
TOTAL DO PASSIVO	84.373.123	83.939.976	89.782.421
CAPITAIS PRÓPRIOS			
Capital	3.000.000	3.000.000	4.725.000
Prémio de emissão	16.471	16.471	16.471
Outros instrumentos de capital	400.000	400.000	400.000
Reservas legais e estatutárias	316.375	268.534	268.534
Reservas e resultados acumulados	1.521.407	1.272.262	-30.727
Resultado líquido do período atribuível aos acionistas do Banco	423.249	197.386	62.184
TOTAL DOS CAPITAIS PRÓPRIOS ATRIBUÍVEIS AOS ACIONISTAS DO BANCO	5.677.502	5.154.653	5.441.462
Interesses que não controlam	899.469	782.114	798.190
TOTAL DOS CAPITAIS PRÓPRIOS	6.576.971	5.936.767	6.239.652
TOTAL DO PASSIVO E DOS CAPITAIS PRÓPRIOS	90.950.094	89.876.743	96.022.073

GLOSSÁRIO

Ativos distribuídos - montantes detidos por clientes no âmbito da colocação de produtos de terceiros que contribuem para o reconhecimento de comissões.

Carteira de títulos - títulos de dívida ao custo amortizado não associados a operações de crédito (líquido de imparidade), ativos financeiros ao justo valor através de resultados (excluindo os montantes relacionados com operações de crédito e os derivados de negociação), ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e ativos com acordo de recompra.

Cobertura de *non-performing loans* (NPL) por imparidades - ráio entre a imparidade do crédito (balanço) e *stock* de NPL.

Cobertura de *non-performing exposures* (NPE) por imparidades - ráio entre a imparidade do crédito (balanço) e *stock* de NPE.

Cobertura do crédito vencido por imparidades - ráio entre a imparidade do crédito (balanço) e o crédito vencido.

Cobertura do crédito vencido há mais de 90 dias por imparidades - ráio entre a imparidade do crédito (balanço) e o crédito vencido há mais 90 dias.

Cobertura específica de *non-performing exposures* (NPE) - ráio entre a imparidade de NPE (balanço) e *stock* de NPE.

Comissões líquidas - resultados de serviços e comissões.

Crédito a clientes (bruto) - crédito a clientes ao custo amortizado antes de imparidade, títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito antes de imparidade e crédito a clientes ao justo valor através de resultados antes dos ajustamentos de justo valor.

Crédito a clientes (líquido) - crédito a clientes ao custo amortizado líquido de imparidade, títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito líquidos de imparidade e valor de balanço do crédito ao justo valor através de resultados.

Crédito *performing* - crédito a clientes bruto deduzido de *Non-performing exposures* (NPE).

Crédito vencido - valor total em dívida do crédito (crédito a clientes ao custo amortizado, títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito e crédito a clientes ao justo valor através de resultados) com prestações de capital ou juros vencidos, ou seja, cuja amortização ou pagamento de juros associados se encontra em atraso.

Crédito vencido há mais de 90 dias - valor total em dívida do crédito (crédito a clientes ao custo amortizado, títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito e crédito a clientes ao justo valor através de resultados) com prestações de capital ou juros vencidos por um período superior ou igual a 90 dias, ou seja, cuja amortização ou pagamento de juros associados se encontra em atraso por um período superior ou igual a 90 dias.

Custo do risco, líquido (expresso em pontos base) - quociente entre a imparidade do crédito (demonstração de resultados) contabilizada no período e o saldo do crédito a clientes ao custo amortizado e dos títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito antes de imparidade no final do período.

Custos operacionais - custos com o pessoal, outros gastos administrativos e amortizações do exercício.

Débitos para com clientes titulados - emissões de títulos de dívida do Banco colocados junto de clientes.

Depósitos e outros recursos de clientes - recursos de clientes e outros empréstimos ao custo amortizado e depósitos de clientes ao justo valor através de resultados.

Gap comercial - diferença entre o crédito a clientes (bruto) e os recursos de clientes de balanço.

Imparidade do crédito (balanço) - imparidade de balanço associada ao crédito ao custo amortizado, imparidade de balanço relacionada com os títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito e os ajustamentos de justo valor associados ao crédito a clientes ao justo valor através de resultados.

Imparidade do crédito (demonstração de resultados) - imparidade (líquida de reversões e de recuperações de crédito e juros) de ativos financeiros ao custo amortizado para crédito concedido a clientes e para títulos de dívida associados a operações de crédito.

Non-performing exposures (“NPE”) - crédito a clientes (inclui crédito a clientes ao custo amortizado, crédito a clientes ao justo valor através de resultados e, a partir de 2023, títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito antes de imparidade) vencido há mais de 90 dias ou crédito com reduzida probabilidade de ser cobrado sem realização de colaterais, se reconhecido como crédito em *default* ou crédito com imparidade.

Non-performing loans (“NPL”) - crédito a clientes (inclui crédito a clientes ao custo amortizado, crédito a clientes ao justo valor através de resultados e, a partir de 2023, títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito antes de imparidade) vencido há mais de 90 dias e o crédito vincendo associado.

Outras imparidades e provisões - imparidade (líquida de reversões) para aplicações de instituições de crédito classificadas ao custo amortizado, imparidade para ativos financeiros (classificados ao justo valor através de outro rendimento integral e ao custo amortizado não associados a operações de crédito), imparidade para outros ativos, nomeadamente de ativos recebidos em dação decorrentes da resolução de contratos de crédito com Clientes, de investimentos em associadas e de *goodwill* de subsidiárias e outras provisões.

Outros proveitos de exploração líquidos - outros proveitos/(custos) de exploração e resultados de alienação de subsidiárias e outros ativos.

Outros proveitos líquidos - rendimentos de instrumentos de capital, comissões líquidas, resultados em operações financeiras, outros proveitos de exploração líquidos e resultados por equivalência patrimonial.

Produto bancário - margem financeira, rendimentos de instrumentos de capital, comissões líquidas, resultados em operações financeiras, outros proveitos de exploração líquidos e resultados por equivalência patrimonial.

Proveitos Core (Core income) - agregado da margem financeira e das comissões líquidas.

Rácio de eficiência core (cost to core income) - rácio entre os custos operacionais e o *core income*.

Rácio de eficiência (cost to income) - rácio entre os custos operacionais e o produto bancário.

Rácio de transformação - rácio entre o crédito a clientes (líquido) e os depósitos e outros recursos de clientes.

Rácio loan to value (“LTV”) - rácio entre o valor do empréstimo e o valor da avaliação do imóvel.

Recursos de clientes de balanço - depósitos e outros recursos de clientes e débitos para com clientes titulados.

Recursos de clientes fora de balanço - ativos sob gestão, ativos distribuídos e seguros de poupança e investimento subscritos pelos clientes.

Recursos de instituições de crédito - recursos e outros financiamentos de Bancos Centrais e recursos de outras instituições de crédito.

Recursos totais de clientes - recursos de clientes de balanço e recursos de clientes fora de balanço.

Rendibilidade do ativo médio (“ROA”) - relação entre o resultado após impostos e o total do ativo líquido médio (média ponderada dos saldos médios mensais do ativo líquido no período). Em que: Resultado após impostos =

[Resultado líquido do exercício atribuível a acionistas do Banco + Resultado líquido do exercício atribuível a Interesses que não controlam].

Rendibilidade do ativo médio (Instrução BdP n.º 16/2004) - relação entre o resultado antes de impostos e o total do ativo líquido médio (média ponderada dos saldos médios mensais do ativo líquido no período).

Rendibilidade dos capitais próprios médios (“ROE”) - relação entre o resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas do Banco e os capitais próprios médios (média ponderada dos capitais próprios médios mensais no período). Em que: Capitais próprios = [Capitais próprios atribuíveis aos acionistas do Banco - Ações preferenciais e Outros instrumentos de capital, líquidos de Títulos próprios da mesma natureza].

Rendibilidade dos capitais próprios médios (Instrução BdP n.º 16/2004) - relação entre o resultado antes de impostos e os capitais próprios médios (média ponderada dos capitais próprios médios mensais no período). Em que: Capitais próprios = [Capitais próprios atribuíveis aos acionistas do Banco + Interesses que não controlam].

Rendimentos de instrumentos de capital - dividendos e rendimentos de partes de capital recebidos de investimentos classificados como ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e rendimentos de ativos financeiros detidos para negociação.

Resultado operacional core (Core operating profit) - agregado da margem financeira e das comissões líquidas deduzidas dos custos operacionais.

Resultados antes de imparidades e provisões - produto bancário deduzido dos custos operacionais.

Resultados em operações financeiras - resultados em operações financeiras ao justo valor através de resultados, resultados cambiais, resultados de contabilidade de cobertura e resultados com o desconhecimento de ativos e passivos financeiros não contabilizados pelo justo valor através dos resultados.

Resultados por equivalência patrimonial - resultados apropriados pelo Grupo associados à consolidação de entidades onde, apesar de exercer alguma influência, não detém o controlo das políticas financeira e operacional.

Seguros de poupança e investimento - contratos de operações de capitalização, seguros ligados a fundos de investimento (“unit linked”) e planos de poupança (“PPR”, “PPE” e “PPR/E”).

Spread - acréscimo (em pontos percentuais) ao indexante utilizado pelo Banco na concessão de financiamento ou na captação de fundos.

Taxa de margem financeira (“NIM”) - relação entre a margem financeira relevada no período e o saldo médio do total dos ativos geradores de juros.

Títulos de dívida emitidos - títulos de dívida não subordinada ao custo amortizado e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados (empréstimos obrigacionistas e certificados).

Volume de negócios - corresponde ao somatório entre os recursos totais de clientes e o crédito a clientes (bruto).

Disclaimer

A informação financeira constante neste documento foi preparada de acordo com as normas internacionais de relato financeiro (“IFRS”) do Grupo BCP no âmbito da preparação das demonstrações financeiras consolidadas, de acordo com o Regulamento (CE) 1606/2002, considerando a versão vigente.

A informação contida neste documento tem caráter meramente informativo, devendo ser lida em harmonia com todas as outras informações que o Grupo bcp tornou públicas.

As demonstrações financeiras consolidadas condensadas para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2023 foram preparadas de acordo com a Norma Internacional de Contabilidade 34 - Relato Financeiro Intercalar (IAS 34) tal como adotada pela União Europeia.

Os números apresentados não constituem qualquer tipo de compromisso por parte do BCP em relação a resultados futuros.

Os valores dos primeiros seis meses de 2023 e de 2022 não foram objeto de auditoria.